



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 Processo nº 59500.000907/2026-28-e	Data de Abertura: 11/06/2026 às 10h00 (dez horas) No sítio: www.gov.br/compras Código UASG: 195006
---	---

Objeto		
Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo assistência ou auxílio funeral, para os empregados, comissionados, requisitados, aposentados filiados à Fundação São Francisco, aposentados e dirigentes da Codevasf.		
Valor estimado		
R\$ 8.598.501,09 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e um reais e nove centavos).		
Exigência de Amostra?		Forma de Adjudicação
Não		Por item
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Dec. Nº 7.174/2010?
Não	Não	Não
Modo de Disputa		Intervalo Mínimo entre os lances
Aberto		1% (um por cento)
Qualificação Econômico-Financeira		
Licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos na sub alínea “b2” do subitem 10.5, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e a critério da Autoridade Competente, o CAPITAL SOCIAL mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.		
Pedidos de Esclarecimentos/ Impugnações		
Até dia 08/06/2026 para o endereço: licitacao@codevasf.gov.br		

Observações Gerais:
1) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.codevasf.gov.br e www.gov.br/compras para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

MAIO/2026



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

SUMÁRIO

1.	OBJETO/LOCAL DE ENTREGA	3
2.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	4
3.	PARTICIPAÇÃO	4
4.	CREDENCIAMENTO.....	7
5.	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	8
6.	ENVIO DAS PROPOSTAS	10
7.	DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	13
8.	FASE DE LANCES	13
9.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	17
10.	HABILITAÇÃO	21
11.	REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	27
12.	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	28
13.	CONTRATAÇÃO	28
14.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	29
15.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	29
16.	FORMA DE PAGAMENTO	31
17.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	31
18.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	31
19.	POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO	34
20.	POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
21.	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF.....	34
22.	DISPOSIÇÕES GERAIS	34

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
ANEXO III	MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO
ANEXO IV	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO V	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO VI	TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

EDITAL Nº 90004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL

PROCESSO Nº: 59500.000907/2026-28-e

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SL, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário, e local abaixo indicado, realizará a presente licitação, com fundamento legal nas disposições da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto 11.462, de 31/03/2023, da Lei 14.133, de 01/04/2024, no que couber, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf - RILC (disponível em: <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/regulamento-interno-de-licitacoes>) e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis para consulta nos portais: <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> e www.gov.br/compras, e na sala 201 do Edifício Manoel Novaes – Sede da Codevasf, localizado no SGAN, Quadra 601, Conjunto I, Brasília – DF, telefone (0xx61) 2028-4619, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e de 13h30 (treze e trinta) às 17h30 (dezessete e trinta), a partir da data da publicação no Diário Oficial da União (DOU).

DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no Portal de Compras do Governo Federal até às **09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos)** do dia da sessão pública.

DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA: 11 de junho de 2026.

HORÁRIO: 10h00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br (Portal de Compras do Governo Federal)

CÓDIGO UASG (Órgão Gerenciador): Sede da Codevasf - 195006

1. OBJETO/LOCAL DE ENTREGA

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo assistência ou auxílio funeral, para os empregados, comissionados, requisitados, aposentados filiados à Fundação São Francisco, aposentados e dirigentes da Codevasf.
- 1.1.2. A licitação será realizada em único item.
- 1.1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço (Prêmio Global Anual), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

1.1.4. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

1.1.2. **A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:**

a) O item 01 é aberto para participação de todas as empresas.

1.1.3. A descrição geral dos serviços encontra-se detalhada no item 5 do Termo de Referência, Anexo I, que integra este Edital.

1.1.4. No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.

1.2. **LOCAL DE ENTREGA**

1.2.1. Os serviços objeto do Termo de Referência, anexo I, que integra este Edital, aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

1.2.2. A cobertura de morte abrange a morte do segurado em qualquer parte do globo terrestre, sendo o serviço de sepultamento ou cremação restrito ao território brasileiro, porém com a prestação de serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

2. **FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

a) Forma de Realização: Forma eletrônica, por meio de sessão pública, no ambiente do sistema de Pregão Eletrônico (www.gov.br/compras).

b) Modo de Disputa: Aberto

c) Valor estimado: Público

d) Critério de Julgamento: Menor Preço

e) Intervalo mínimo entre os lances: 1% (um por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3. **PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes ao objeto desta licitação, isoladas, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

cadastral) e credenciadas no site www.gov.br/compras, para acesso ao sistema eletrônico (sistema do Pregão Eletrônico), devendo ainda se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

- 3.2. Será permitida a participação de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e sociedades cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e no Decreto n.º 8.538/2015, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
 - 3.3.1. Não serão aplicados os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para itens com valor global estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo 4ª, da lei 14.133/2021.
 - 3.3.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015.
- 3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
 - 3.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 3.5. **Subcontratação.**
 - 3.5.1. Somente será permitido subcontratação para os serviços de Assistência ou Auxílio Funeral.
 - 3.5.2. É vedada a subcontratação total do objeto.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 3.5.3. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública quanto à qualidade do fornecimento ou serviço prestado e não o libera de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 3.6. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a Codevasf deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.
- 3.7. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.8. **Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:**
- a) Credenciar-se no SICAF;
 - b) Remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no subitem 6.1 deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet;**
 - c) Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
 - g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.9. **Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf ou com a Administração Direta e Indireta na esfera Federal, e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- f) Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- g) Sob a forma de consórcio.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os licitantes que queiram participar desta licitação deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, para oferta de lances.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, devendo ser providenciado no site: www.gov.br/compras.
- 4.3. O credenciamento do licitante no Portal de Compras do Governo Federal dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7. É de responsabilidade do licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.8. Não será admitido nesta licitação o mesmo representante para empresas distintas, **considerando a participação por item.**

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Pedidos de Esclarecimentos

- 5.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados à Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail: licitacao@codevasf.gov.br. Consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
 - 5.1.1.1. **A Codevasf responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido; limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame; e,**
 - 5.1.1.2. Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão e devidos esclarecimentos, também por meio eletrônico, via Internet, nos sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/>, para consulta dos interessados, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 5.1.1.3. Os esclarecimentos divulgados serão partes integrantes do Edital e seus Anexos e vincularão os participantes e a administração.
- 5.1.1.4. As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acessar os sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos relativos a este Edital.
- 5.1.2. Os licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos.
- 5.1.3. A apresentação da proposta tornará evidente **que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, inclusive os esclarecimentos, as comunicações externas, os FAQs – Perguntas e Respostas Frequentes, e que a comprovou e a achou correta.** Evidenciará, também, que o licitante obteve da Codevasf, todas as informações e esclarecimentos sendo suficientes para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.
- 5.2. **Impugnação ao Edital**
- 5.2.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, devendo ser observado ainda:
- 5.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 5.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf, nos autos do processo de licitação.
- 5.2.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.3. **Recursos Administrativos**
- 5.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.
- 5.3.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.10.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.
- 5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

- 5.3.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 5.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo **de no mínimo 10 (dez) minutos**, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso.
- 5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 5.3.7. Qualquer recurso contra a decisão do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terá efeito suspensivo.
- 5.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.3.9. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 5.3.10. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.3.11. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema da sessão pública através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou, em caso de inoperabilidade do sistema, poderá ser enviado via e-mail: licitacao@codevasf.gov.br, dirigidas ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 5.3.12. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no portal <https://www.gov.br/compras> o licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **com observância aos preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 6.1.1. A licitante deve atentar que deverá estar com todas as condições de habilitação exigidas neste Edital atendidas, até a data de abertura do certame, considerando o **subitem 10.10.2** deste documento.
- 6.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta, em reais, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor total do item;
 - b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares ao Modelo de Planilha de Preços (Proposta), Anexo II do Termo de Referência.
- 6.1.3. A CODEVASF não considerará propostas para entrega parcial dos fornecimentos.
- 6.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.1.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 6.1.7. AS PROPOSTAS DAS LICITANTES PREVIAMENTE CLASSIFICADAS EM 1º PRIMEIRO LUGAR deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo os prazos estipulados neste instrumento de convocação, e será considerado o preço unitário por item expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.
- 6.1.8. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 6.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.1.10. **Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta:**
- a) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - a1) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;
 - a2) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- c) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art.1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

- 6.2. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, o licitante compromete-se a executar o objeto deste Edital, sem preterição do que consta do Termo de Referência, ANEXO I - que integram o presente Edital.
- 6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento, objeto deste Pregão, a ser entregue a Codevasf sem ônus adicional.
- 6.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 6.5. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a Codevasf serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.
- 6.6. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.1.1. A PROPOSTA mais vantajosa será a de menor valor ofertado para a execução do objeto da licitação;
- 7.1.2. Nas situações onde duas ou mais licitantes apresentem Proposta de Preços com valores idênticos, e estes não sofram alteração após a etapa de lances, será adotado como critério de desempate o previsto no **subitem 8.20** deste Edital.

8. FASE DE LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o sistema dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.
- 8.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.8. Encerrada a fase competitiva, com a definição da melhor proposta, caso o sistema permita, **poderá** o Agente de Contratação (Pregoeiro), assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, para definição das demais colocações.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 8.8.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, permanecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.9.1. O subitem 8.9 aplica-se apenas para a primeira classificação de melhor preço.
- 8.9.2. Em caso de empate, na segunda classificação em diante, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance- registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.11. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá excluir, , lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.12. No caso de desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.1. O Agente de Contratação (Pregoeiro), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.2. Quando a desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação (Pregoeiro) aos participantes no site: www.gov.br/compras.
- 8.13. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos
- 8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Benefícios às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte:

- 8.15. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, **caso a contratação não se enquadre nas vedações do item 3.3.1**, deste Edital. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 8.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

CrITÉRIOS de Desempate:

- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, **a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, **vedado qualquer outro processo**.
- 8.22. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.23. **DA COTA DE PARTICIPAÇÃO DE 25% - DECRETO Nº 8.538/2015**
- 8.23.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 8.23.2. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

8.24. **DA NEGOCIAÇÃO**

8.24.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação (Pregoeiro) deverá negociar, pelo sistema eletrônico, condições mais vantajosas com licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, e ainda:

- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçado pela Codevasf;
- b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçado pela Codevasf, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
- c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação;
- d) No caso de não comparecimento do licitante vencedor para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, poderá também negociar a proposta subsequente para obter melhor preço.

8.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.3. O Agente de Contratação (Pregoeiro) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme subitem 9.3, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

8.24.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

8.24.5. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação (Pregoeiro) iniciará a fase de julgamento.

8.25. **ANÁLISE PRÉVIA AO EXAME DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.25.1. Como condição prévia ao exame da proposta de preços do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));
- 8.26.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 8.25.2. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios e administradores, para verificação e cumprimento dos impedimentos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016.
- 8.25.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.25.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.25.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.25.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação (Pregoeiro) reputará a desclassificação do licitante, por falta de condição de participação.
- 8.25.4. No caso de desclassificação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação e após a análise prévia ao exame da proposta de preços, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta previamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto a seguir:
- 9.1.1. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 9.2. A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, deverá ser reformulada, ao último lance ou valor negociado, conforme o item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada eletronicamente via sistema do portal <https://www.gov.br/compras>, por meio da opção “Enviar Anexo”, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), com a composição do(s) item(ns), compreendendo a descrição do objeto, bem como todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes pelo licitante, e contemplando o valor total do item, devidamente atualizados, na qual deverá ainda constar explicitamente as seguintes informações:
- a) A Carta de Apresentação da Proposta – Anexo II deste Edital – deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, devidamente datado e assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:
 - Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, nacionalidade, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor;
 - b) Demais documentos constantes do item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
 - c) O licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexo.
- 9.2.1. Caso haja indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar a proposta, referida no item acima, para o e-mail: licitacao@codevasf.gov.br.
- 9.2.2. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.
- 9.3. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei n.º 13.303/2016, as propostas que:
- a) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- b) Apresentem vícios insanáveis, irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
 - c1) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;
 - c2) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - c3) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - i. Questionamentos junto ao licitante vencedor para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - ii. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - iii. Demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.
- d) Apresente um desconto menor que o mínimo exigido ou permaneça acima do orçamento estimado pela Codevasf, para valor global e/ou unitário, para a contratação de que trata o § 1º do art. 57 e ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 da Lei nº 13.303/2016;
- e) Não justificar/adequar as eventuais irregularidades apontadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), após diligência;
- f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- g) O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item.

9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, promover diligências que entender necessárias



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

e/ou adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

- 9.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.5. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta não serão considerados, não podendo o licitante eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
 - 9.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem acima a licitante deverá honrar o preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, sob pena de desclassificação e das possíveis sanções cabíveis.
 - 9.5.2. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 9.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:
 - 9.6.1. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação (Pregoeiro).
- 9.7. O Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá solicitar parecer técnico da Área de origem da licitação e/ou Parecer da Assessoria Jurídica, para subsidiar o julgamento da proposta.
- 9.8. Se a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar não for aceitável, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
 - 9.8.1. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação (Pregoeiro) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

10. HABILITAÇÃO

10.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do item 9 deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, **válidos e que comprovem situação pré-existente à abertura do certame**, relacionados nos subitens seguintes.

10.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal ou, em caso de indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar para o e-mail: licitacao@codevasf.gov.br, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico.

10.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.3. **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL-INSS, CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS-CNDT);

a1) Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, e suas alterações posteriores, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência desta alínea, desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).

a2) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;

a3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes;

a4) Se porventura, quando da verificação "on line" no SICAF constatar-se que o cadastramento do licitante vencedor se encontra vencido, o mesmo deverá encaminhar à CODEVASF, além dos documentos citados na alínea "a" acima e "b" abaixo, a cópia dos seguintes documentos:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

a4.3) Registro comercial, no caso de empresa individual, devendo, no caso de licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

a4.4) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, devendo, no caso do licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

a4.5) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo no Anexo VII deste Edital;
- c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, a mesma deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Em relação às licitantes cooperativas, será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:
 - i. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
 - ii. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - iii. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - iv. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
 - v. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - vi. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

- vii. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.4. Qualificação Técnica:

- a) A Qualificação Técnica constituir-se-á dos documentos apresentados na **HABILITAÇÃO exigidos no item 12** do Termo de Referência, **Anexo I, que integra o presente Edital**, devendo ser apresentados na forma estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.

a1) No caso de comprovação da capacidade técnica do licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro, que para efeito de habilitação, poderá ser apresentado em tradução livre, nos termos do subitem 10.11.1 do Edital;

10.5. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;
- c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):
- ☐ Publicados em Diário Oficial; ou
 - ☐ Publicados em jornal de grande circulação; ou,
 - ☐ Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- ☐ Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- ☐ Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- ☐ Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- ☐ Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- ☐ Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- ☐ O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c2) Caso o licitante seja cooperativa auditada, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c3) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

LG - Liquidez Geral
SG - Solvência Geral
LC - Liquidez Corrente

- c3) No caso de Microempreendedor Individual – MEI – o mesmo deve apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (Acórdão nº 133/2022 - Plenário).
- c4) Licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos na sub alínea “b2”, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e a critério da Autoridade Competente, o CAPITAL SOCIAL mínimo referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 10.6. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem as alíneas “a1”, “a2”, “a3” e “b”, do subitem 10.5 acima, será analisada a documentação da licitante vencedora.
- 10.7. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.7.1. Caso a certidão expedida pela Fazenda Federal seja POSITIVA, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.7.2. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND referente ao INSS e do CRF referente ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 10.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
 - b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

10.9. Habilitação: Benefícios às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa:

10.9.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020, em se tratando das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação, observando-se o disposto no item 3.3.1 deste Edital. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

10.9.2. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Codevasf, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006), observando-se o procedimento definido no Decreto nº 8.538/2015 art. 4º, § 1º, alterado pelo Decreto alterado pelo Decreto nº 10.273/2020.

10.9.3. A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é condição para assinatura do Contrato.

10.9.4. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.9.2 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à Codevasf convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

10.10. Os documentos apresentados em língua estrangeira:

10.10.1. Os documentos apresentados durante a sessão pública, emitidos em idioma estrangeiro, poderão ser inicialmente apresentados com tradução livre, para a língua portuguesa.

10.10.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata o subitem 10.11.1 acima, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.

10.11. Habilitação da empresa subcontratada

10.11.1. **NA FASE DE CONTRATAÇÃO**, quando convocado pela Área de Administração e Tecnologia da Codevasf, o licitante classificado em primeiro lugar, deverá encaminhar a



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

documentação da empresa a ser subcontratada, juntamente com a documentação de habilitação da mesma, que comprove a habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e **a qualificação técnica do licitante e sua subcontratada, conforme exigido no subitem a seguir**, necessária à execução da parcela do serviço subcontratado e declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf.

10.11.2. A(s) Contratada(s), quando convocada(s) para assinatura do contrato e que tenha(m) indicado empresas a serem SUBCONTRATADAS, deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, das referidas empresas, juntamente com sua documentação:

- a) Documentos exigidos no subitem 10.3 e alínea “a” do subitem 10.5 deste Edital;
- b) Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, de pessoas jurídicas de direito público ou privado, de que **executou serviços similares aos que serão subcontratados**, observado o **subitem 8.1** do Termo de Referência, Anexo II, parte integrante desse edital; e
- c) Declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf; e

10.12. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou o lance subsequente, na fase de julgamento, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, o licitante será declarado vencedor.

11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, exauridos os eventuais recursos administrativos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.
- 12.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

13. CONTRATAÇÃO

- 13.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 13.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 13.2. Após a assinatura do Instrumento Contratual, de acordo com a demanda de materiais e/ou produtos constantes na ata de registro de preços, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor do fornecedor beneficiário do(s) item(ns).
- 13.2.1. O fornecedor beneficiário que não aceitar as condições estabelecidas no instrumento contratual correspondente, conforme o caso, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 13.2.2. É facultado à Codevasf, quando o fornecedor beneficiário não aceitar o instrumento contratual correspondente, conforme o caso, nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.
- 13.2.3. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá proceder a entrega do objeto deste edital em conformidade com as exigências prescritas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital
- 13.2.4. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato na Área de Administração e Tecnologia da Codevasf, em Brasília/DF, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação, ou assiná-lo digitalmente no mesmo prazo.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 13.2.5. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, no decorrer do prazo especificado no subitem acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Codevasf.
- 13.2.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.2.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 13.2.8. A Codevasf providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, considerando que tal publicação deverá ocorrer nos termos previstos no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

14. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. **A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 8.598.501,09 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e um reais e nove centavos), com taxa mensal do seguro de 1,1044% conforme preço estimado em pesquisa de mercado, a preços de março/2026.**
- 14.2. Os recursos orçamentários da Codevasf correrão à conta do Programa de Trabalho - nº 04.122.0032.2000.0001, 172108 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL – sob a gestão da Área de Administração e Tecnologia – AA da Codevasf.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 15.1. Os prazos para execução do objeto e vigência do contrato são os estabelecidos no item 17 do Anexo I – Termo de Referência, **que integra o presente Edital, e nos subitens abaixo.**
- 15.2. O prazo para execução do objeto, conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital, é de 365 dias, a partir da data de emissão da apólice, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 15.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da apólice, compreende o prazo de execução do objeto, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 15.4. Caso a seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar ao Estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias que antecedam o final de vigência da apólice.
- 15.5. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) Esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) Esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 15.5.1. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 15.5.2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do Contrato.
- 15.6. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;
 - b) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - c) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - d) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
 - e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

15.7. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF e no CADIN e comprovação de que o *código de consignatária está ativo, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal*. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

15.8. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

16. FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

17. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 19 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:

I. Advertência, nos seguintes casos:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.

II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

18.1.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 23.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

18.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:

- a) Se o apenado for reincidente; e
- b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.

18.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;
e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 18.2. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 18.3. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 18.4. A sanção de suspensão, prevista no subitem 23.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.5. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 18.5.1. Os atos previstos no item 23.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 18.6. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 18.8. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

19. POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 19.1. Tanto a Contratada, quanto a Codevasf, comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 19.2. Deverá ser observada a Política de Combate à Fraude e Corrupção, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>, bem como a Cláusula Anticorrupção disposta no Anexo III - Minuta de Contrato deste Edital.

20. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 20.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.
- 20.2. Deverá ser observada a Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.

21. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

- 21.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 21.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo V deste Edital, por empregado da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 22.2. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.
- 22.3. A Minuta de Contrato regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 22.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato.
- 22.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 22.6. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Agente de Contratação (Pregoeiro), seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 22.7. O licitante ao participar deste certame declara ter ciência das Políticas da Codevasf disponíveis no site da Codevasf: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.
- 22.8. A Codevasf poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira ou técnica da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 22.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 22.10. Responsabiliza-se o licitante vencedor por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 22.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf.
- 22.12. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 22.13. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independente de transcrições.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 22.14. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do local de execução do objeto será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília, maio de 2026.

LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Processo n.º 59500.000907/2026-28-e



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

OBS.: Deverão ser respeitados os preços máximos, unitários e global orçados pela Codevasf.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I

CEP 70.830.901 – Brasília-DF

Ref.: Edital nº 90xxx/20xx

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº 90xxx/20xx e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para _____ (*Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os serviços.*), para o Item _____, pelo valor global de R\$ _____, **(VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS)**, de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(a) _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SL

ANEXO III

MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO IV

TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

☐ Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>

☐ Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

(Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/governanca/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-etica-e-integridade-da-codevasf>)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

**ANEXO VI – TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES
RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

Termo de Observância da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf e de Identificação de Partes Relacionadas Externas

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, declara que:

i) está ciente, afirma aderência e concordância com as normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf;

ii) compreende que, nos termos da Política, deve informar à Codevasf se existem membros da sua família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, e correlatos, até o 2º grau (detalhamento na Tabela 1), para fins de identificação de quaisquer transações entre eles e a Codevasf;

Conforme disposto acima, assinale uma das opções abaixo:

- a. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que não tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação direta ou indireta de forma contratual, trabalhista ou comercial com a Codevasf.
- b. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação contratual, trabalhista ou comercial com a Codevasf, e presto as seguintes informações:

Pessoa física ou sócio/acionista que tem relação com a Codevasf*:

Nome da Pessoa Física:	Grau de Parentesco:	Nome do Agente Público da Codevasf:	Forma da Relação com a Codevasf
	Pai, Mãe, Padrasto, Madrasta, Filho, Neto, Outro		Conselheiro, Diretor, Empregado, Comissionado, Prestador de Serviço, Outro.

* Preencher apenas se for assinalado o item ii) b.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf disponível em:

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

Tabela 1: Demonstração de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o 2º grau, nas relações de trabalho ou emprego.

FORMAS DE PARENTESCO		PARENTES EM LINHA RETA		PARENTES EM LINHA COLATERAL	
GRAU		CONSANGUINIDADE	AFINIDADE	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE
1º	Ascendentes	Pai ou mãe (inclusive madrasta e padrasto)	Sogra ou sogra (inclusive madrasta/padrasto do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
	Descendentes	Filhos	Enteados, genros ou noras (inclusive do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
2º	Ascendentes	Avô ou avó	Avô ou avó do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
	Descendentes	Netos	Netos do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
				Irmãos	Cunhados

O Cônjuge ou Companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (empresa) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital nº XX/20.., declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20.. foi elaborada de maneira independente (Empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... ,por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de nº XX/20.. não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20... não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20.... antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20.. não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia.

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO**

**VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo assistência ou auxílio funeral, para os empregados, comissionados, requisitados, aposentados filiados à Fundação São Francisco, aposentados e dirigentes da Codevasf.

Março/2026



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	8
4. LOCAL DE ENTREGA	8
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	9
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
7. CONSÓRCIO.....	13
8. SUBCONTRATAÇÃO.....	13
9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	13
10. PROPOSTA.....	14
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	15
12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	15
13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	16
14. DO CAPITAL SEGURADO.....	16
15. DA ACEITAÇÃO.....	16
16. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17
17. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	17
18. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	17
19. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	22
20. DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	23
21. DA CARÊNCIA	24
22. DA CESSAÇÃO DA COBERTURA	24
23. MULTAS	24
24. GARANTIA DE EXECUÇÃO	26
25. FISCALIZAÇÃO.....	27
26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	28
27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	28
28. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	31
29. MATRIZ DE RISCOS	31
30. CONDIÇÕES GERAIS	32
31. ANEXOS.....	34



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo Assistência ou Auxílio Funeral, para os Empregados, Comissionados, requisitados, Aposentados filiados à Fundação São Francisco, Aposentados e Dirigentes da Codevasf.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo Assistência ou Auxílio Funeral, para os Empregados, Comissionados, requisitados, Aposentados filiados à Fundação São Francisco, Aposentados e Dirigentes da Codevasf.	30142	Unidade	2509 vidas

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

2.1 TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

2.2 CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

2.3 ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

2.4 LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

2.5 CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

2.6 CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

2.7 CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

2.8 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

2.9 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

2.10 FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

2.11 DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

2.12 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

2.13 SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

2.14 APÓLICE - documento emitido pela sociedade seguradora formalizando a aceitação da cobertura solicitada pelo proponente, nos planos individuais, ou pelo estipulante, nos planos coletivos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

2.15 ASSISTÊNCIA FUNERAL - é uma cobertura destinada a arcar com as despesas envolvendo o sepultamento do segurado quando de sua morte, sendo os serviços executados por prestadores indicados pela própria seguradora.

2.16 AUXÍLIO FUNERAL - é o benefício pago uma única vez através de reembolso dos gastos referentes ao funeral, em caso de morte do segurado.

2.17 BENEFICIÁRIO - pessoa física ou jurídica designada para receber os valores dos capitais segurados, na hipótese de ocorrência do sinistro.

2.18 CAPITAL SEGURO - Valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.

2.19 CARÊNCIA - período contado a partir da data de início de vigência do seguro ou do aumento do capital segurado ou da recondução, no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o segurado ou os beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados contratados.

2.20 CERTIFICADO INDIVIDUAL - documento destinado ao segurado, emitido pela sociedade seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio;

2.21 COBERTURAS DE RISCO - documento destinado ao segurado, emitido pela sociedade seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio;

2.22 CONDIÇÕES CONTRATUAIS - conjunto de disposições que regem a contratação, incluindo as constantes da proposta de contratação, das condições gerais, das condições especiais, da apólice e, quando for o caso de plano coletivo, do contrato, da proposta de adesão e do certificado individual;

2.23 CONDIÇÕES GERAIS - conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos da sociedade seguradora, dos segurados, dos beneficiários e, quando couber, do estipulante;

2.24 CONDIÇÕES ESPECIAIS - conjunto de cláusulas que especificam as diferentes modalidades de cobertura que possam ser contratadas dentro de um mesmo plano de seguro.

2.25 CONSIGNANTE - pessoa jurídica responsável, exclusivamente, pela efetivação de descontos em folha de pagamento, correspondente aos prêmios devidos pelos segurados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

2.26 DEPENDENTES - São o cônjuge e os filhos, enteados e menores considerados dependentes econômicos do Segurado Principal, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda, desde que não tenham vínculo com o Estipulante.

2.27 DOENÇAS OU LESÕES PREEXISTENTES - São as doenças ou lesões, inclusive as congênitas, contraídas pelo Segurado anteriormente à data de sua adesão ao Seguro, caracterizando-se pela existência de sinais, sintomas e quaisquer alterações evidentes do seu estado de saúde, e que eram de seu prévio conhecimento na data da contratação de Seguro.

2.28 ESTIPULANTE - pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado, nos termos da legislação e regulação em vigor, sendo identificado como estipulante-instituidor quando participar, total ou parcialmente, do custeio do plano, e como estipulante-verbador quando não participar do custeio.

2.29 EVENTO COBERTO - Acontecimento futuro, possível, lícito e incerto, de natureza involuntária e imprevisível, desde que ocorrido durante a validade da Apólice e que não esteja excluído pelas Condições Contratuais deste Seguro, em virtude do qual o Beneficiário pode receber o Capital Segurado previsto nas garantias contratadas.

2.30 GARANTIAS - Obrigações que a Seguradora assume perante o Segurado, através de suas Condições Contratuais, quando da ocorrência de um evento coberto contratado.

2.31 INDENIZAÇÃO - Valor limitado ao Capital Segurado contratado, que a Seguradora deverá pagar ao(s) Beneficiário(s) quando da ocorrência de um evento coberto contratado.

2.32 INÍCIO DA VIGÊNCIA - Data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela sociedade seguradora.

2.33 MÉDICO - Profissional legalmente licenciado para a prática da Medicina. Não serão aceitos como Médico o próprio Segurado, seu Cônjuge, seus Dependentes, parentes consanguíneos ou afins, mesmo que habilitados a exercer a prática da Medicina.

2.34 PERÍODO DE COBERTURA - Aquele durante o qual o segurado ou os beneficiários, quando for o caso, farão jus aos capitais segurados contratados.

2.35 PROPOSTA DE ADESÃO - documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.

2.36 PRÊMIO - Valor correspondente a cada um dos pagamentos destinados ao custeio do seguro.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

2.37 REINTEGRAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO - Recomposição do Capital Segurado após a ocorrência de um evento que gere pagamento parcial de Invalidez Permanente por Acidente.

2.38 RISCOS EXCLUÍDOS - são aqueles riscos, previstos nas condições gerais e/ou especiais, que não serão cobertos pelo plano.

2.39 SEGURADO PRINCIPAL - Segurado que mantém vínculo legal comprovado com o Estipulante.

2.40 SEGURADORA - Seguradora devidamente constituída e legalmente autorizada a operar no país, que assume os riscos inerentes às garantias contratadas, nos termos das Condições Contratuais do Seguro contratado.

2.41 SINISTRO - Ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

2.42 VIGÊNCIA DA APÓLICE - Período no qual a Apólice de Seguro está em vigor.

2.43 VIGÊNCIA DA COBERTURA INDIVIDUAL - Período durante o qual o segurado ou os beneficiários, quando for o caso, farão jus aos capitais segurados contratados.

2.44 ACIDENTE PESSOAL - O evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, e causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou a invalidez permanente, total ou parcial, do segurado, ou que torne necessário tratamento médico, observando-se que:

2.44.1 Incluem-se nesse conceito:

2.44.1.1 o suicídio, ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal, observada legislação em vigor;

2.44.1.2 os acidentes decorrentes de ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito, em decorrência de acidente coberto;

2.44.1.3 os acidentes decorrentes de escapamento acidental de gases e vapores;

2.44.1.4 os acidentes decorrentes de sequestros e tentativas de sequestros;

2.44.1.5 os acidentes decorrentes de alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações, radiologicamente comprovadas.

2.44.2 Excluem-se desse conceito:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

2.44.2.1 as doenças, incluídas as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível causado em decorrência de acidente coberto;

2.44.2.2 as intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidente coberto;

2.44.2.3 as lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetitivos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relação de causa e efeito com os mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, ou similares que venham a ser aceitas pela classe médico-científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo;

2.44.2.4 as situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como "invalidez acidentária", nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização de invalidez por acidente pessoal.

2.45 GRUPO SEGURADO - Totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.

2.46 GRUPO SEGURÁVEL - Totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Tradicional

3.2 Valor estimado: Público

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço (Prêmio Global Anual)

3.4 Modo de disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 1%, (um por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4. LOCAL DE ENTREGA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

4.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

4.2 A cobertura de morte abrange a morte do segurado em qualquer parte do globo terrestre, sendo o serviço de sepultamento ou cremação restrito ao território brasileiro, porém com a prestação de serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados por empresa especializada na execução da prestação de serviço de seguro, atendendo-se aos seguintes requisitos:

5.2 DA COBERTURA

5.2.1 Morte

5.3 COBERTURAS ADICIONAIS

5.3.1 INDENIZAÇÃO ESPECIAL DE MORTE POR ACIDENTE (IEA)

5.3.1.1 Em caso de morte acidental, o capital segurado corresponderá ao dobro da cobertura básica.

5.3.2 INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (IPA)

5.3.2.1 Em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

5.3.2.2 A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.

5.3.2.3 Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a Seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos na Tabela aprovada pela SUSEP.

5.3.2.4 Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na Tabela aprovada pela SUSEP para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

5.3.2.5 Na falta de indicação exata do grau de redução funcional apresentado, e sendo o referido grau classificado apenas como máximo, médio ou mínimo, a indenização será calculada, na base das percentagens de 75%, 50% e 25% respectivamente.

5.3.2.6 Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

5.3.2.7 Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

5.3.2.8 Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

5.3.2.9 Se, depois de pagar indenização por invalidez permanente por acidente, for verificada a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

5.3.2.10 A invalidez permanente prevista nesta cobertura deve ser comprovada através de declaração médica.

5.3.2.11 A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

5.3.2.12 No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a sociedade seguradora deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

5.3.2.13 A junta médica será constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

5.3.2.14 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela sociedade seguradora.

5.3.2.15 O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

5.3.2.16 O ressarcimento das despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do efetivo pagamento realizado pelo Segurado,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

respeitando-se o limite de cobertura estabelecido, atualizado monetariamente nos termos da legislação específica.

5.3.3 INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD)

5.3.3.1 Em caso de invalidez funcional permanente total por doença (IFPD), o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

5.3.3.2 A cobertura de invalidez funcional permanente total por doença garante o pagamento de indenização em caso de invalidez funcional permanente total, consequente de doença, que cause a perda da existência independente do segurado.

5.3.3.3 É considerada perda da existência independente do segurado a ocorrência de quadro clínico incapacitante que inviabilize de forma irreversível o pleno exercício das relações autonômicas do segurado.

5.3.3.4 Consideram-se também como total e permanente inválidos, para efeito da cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, os segurados portadores de doença em fase terminal atestado por profissional legalmente habilitado.

5.3.3.5 Se, da análise de qualquer enfermidade e respectivo enquadramento, na condição de Doença Terminal, resultar dúvida e não houver acordo, entre o Segurado e a Seguradora, a questão será, obrigatoriamente, analisada por junta médica, composta por três peritos médicos, de especialidade que corresponda ao caso clínico. Dois membros serão designados, individualmente, por cada uma das partes que pagará os honorários do médico que tiver designado. Os honorários do terceiro médico serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela Seguradora, de acordo com a normatização da SUSEP.

5.3.4 DA ASSISTÊNCIA OU AUXÍLIO FUNERAL

5.3.4.1 A Assistência ou o Auxílio Funeral serão prestados pela seguradora para as providências necessárias em caso de falecimento do Segurado mediante opção pelos beneficiários do procedimento a ser tomado.

5.3.4.2 O Auxílio Funeral garante o reembolso dos gastos referentes ao funeral, em caso de morte do segurado. Os beneficiários pagam as despesas com o serviço de funeral para o segurado e depois apresentam as notas fiscais das despesas à seguradora para reembolso dos gastos. Conforme as condições contratuais, o reembolso poderá ser feito a quem assumiu o custo e de livre escolha do prestador de serviço, até o limite do capital segurado estabelecido no item 5.6.3.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

5.3.4.3 A Seguradora prestará os serviços mencionados no item 5.6.2. até o limite de 2 x o valor de referência M01 - R\$ 3.941,96 (Três mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) do Plano de Cargos e Salários da Codevasf = R\$ 7.883,92 (sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos) – base Janeiro/2026, sendo o valor atualizado concomitantemente sempre que a Codevasf proceder ajustes e correções no salário do M01.

5.3.4.4 A Assistência Funeral é um serviço complementar ao contrato de seguro, sem direito a reembolso das despesas ao(s) beneficiário(s) nem à livre escolha para prestação dos serviços. Estes são executados por prestadores indicados pela seguradora, sem considerar o limite do valor estipulado no item 5.6.3, sendo o valor necessário para a execução do funeral.

5.3.4.5 Os serviços de atendimento da Assistência Funeral serão prestados no Brasil e no Exterior via Central de Assistência Funeral à disposição 24 (vinte e quatro horas) por dia.

5.3.4.6 Coberturas da Assistência Funeral:

- a) Assessoria para as formalidades administrativas: Suporte ao usuário e acionamento da funerária mais próxima, para que a mesma providencie tudo que for necessário para a execução do funeral;
- b) Preparação do corpo;
- c) Urna mortuária;
- d) Capela;
- e) Ornamentação;
- f) Carro funerário;
- g) Sepultamento ou cremação;
- h) Taxa de sepultamento;
- i) Taxa de cremação;
- j) Atestado de óbito;
- k) Locação de jazigo;
- l) Passagens para um membro da família, em caso de viagens;
- m) Traslado do corpo; e
- n) Transmissão de mensagens.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

5.3.4.7 Somente será permitido subcontratação para os serviços de Assistência ou Auxílio Funeral.

5.4 DOS RISCOS EXCLUÍDOS

5.4.1 Estão expressamente excluídos de todas as garantias deste Seguro os eventos ocorridos em consequência:

5.4.1.1 Do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

5.4.1.2 De atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar, da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prática de esporte ou atos de humanidade em auxílio de outrem;

5.4.1.3 De atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

5.4.1.4 De danos causados por atos ilícitos dolosos praticados por dirigentes e administradores da Codevasf, pelos Beneficiários e pelos respectivos representantes;

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

6.2 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

7. CONSÓRCIO

7.1 Não será permitida a participação de consórcio.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Somente será permitido subcontratação para os serviços de Assistência ou Auxílio Funeral.

9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

9.1 Será permitida a participação de microempresa e empresa de pequeno porte sem os benefícios da legislação vigente, em razão da natureza o objeto, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso VIII da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

9.2 DA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

9.2.1 Será permitida a participação de sociedade cooperativa, desde que tais entidades estejam regularmente constituídas e autorizadas a operar pela SUSEP.

10. PROPOSTA

10.1 As propostas de preços deverão conter o preenchimento das seguintes informações:

- a) Preenchimento da planilha abaixo, conforme modelo constante no anexo II, que é parte integrante deste Termo de Referência, com uma taxa única e mensal a ser aplicada ao presente seguro composta de 4 (quatro) casas decimais:

Referência Capital Segurado	Quant. de Empregados	Capital Segurado	Taxa Mensal do Seguro	Prêmio Mensal Individual (PMI)	Prêmio Mensal Global (PMG)	Prêmio Anual Global (PAG)
70 X B01 (R\$ 1.821,02) - Aposentados	98	R\$ 127.471,40		R\$	R\$	
70 X B01 (R\$ 1.821,02) - Empregados	195	R\$ 127.471,40		R\$	R\$	
70 X M01 (R\$ 3.941,96) - Aposentados	299	R\$ 275.937,20		R\$	R\$	
70 X M01 (R\$ 3.941,96) - Empregados	1917	R\$ 275.937,20		R\$	R\$	
TOTAL DE SEGURADOS	2509					R\$

10.2 Indicação do representante legal, para assinatura do contrato, com os seguintes dados: nome, nacionalidade, estado civil, CPF, identidade, e endereço residencial completo com CEP.

10.3 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita à revalidação por idêntico período.

10.4 Para efeito de classificação das propostas será considerado o MENOR PRÊMIO ANUAL GLOBAL, traduzido pela menor taxa a ser aplicada, considerando 2.509 segurados e que atenda às exigências editalícias.

10.5 A proposta será aceita por escopo do serviço constante no Termo de Referência.

10.6 O grupo segurável para efeito de proposta corresponde ao quadro total da empresa mais os aposentados existentes na apólice atual, totalizando possíveis 2509 segurados destes 2112 empregados (2107 empregados, requisitados e comissionados + 5 dirigentes) mais 397 aposentados segurados na apólice anterior da Codevasf que



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

poderão ser reduzidos ou aumentados devido a admissões, demissões ou afastamentos, sem que por esses motivos a Contratada tenha direito a qualquer reclamação ou indenização. (Anexos IV e VI)

10.7 Considerando que a adesão é mediante opção informamos que o grupo segurado no contrato vigente é de 1.087 segurados destes 690 empregados, requisitados, comissionados e dirigentes e 397 aposentados. (Anexo V e VI)

10.8 A alteração do quadro é regulamentada e aprovada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

10.9 Deverão estar incluídos no valor do serviço prestado todos os custos diretos e indiretos para a prestação do serviço do objeto desta contratação, inclusive as despesas com transportes, hospedagem, alimentação, materiais, mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, veículos necessários ao fornecimento, entrega e habilitação dos serviços, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objeto desta contratação, sem que caiba às Contratadas, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Codevasf.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de serviços objeto desta licitação (Seguro de Vida), levando em consideração o número mínimo de 50% (cinquenta por cento) do grupo segurado, sendo este de 1.087 vidas, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, sendo admitido o somatório de atestados para a comprovação do respectivo período, dado a natureza contínua dos serviços, o volume financeiro a ser gerenciado e a complexidade operacional necessária para o objeto em questão, conforme o entendimento do TCU considerando os julgados Acórdão 2.939/2010 – Plenário, Acórdão 1214/2013 – Plenário, como também, Instrução Normativa nº 5, de 26/05/2017 e a Lei nº 14.133, de 01/04/2021.
- b) Os atestados podem ser referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

- c) Certidão ou Declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com data de expedição de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da sessão pública do Pregão, comprovando que a Licitante não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.
- d) Declaração de ciência da obrigatoriedade de comprovação do cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o código ativo de consignatária, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.761 de 30 de outubro de 2023, por ocasião da assinatura do contrato, Anexo VIII.

13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1 Observar as regras contidas no edital de licitação.

14. DO CAPITAL SEGURADO

14.1 O Capital Segurado da Cobertura Básica terá dois cálculos:

14.1.1 Para os empregados e aposentados que recebem abaixo do nível M01, o cálculo será 70 vezes o salário do nível B01 (R\$ 1.821,02), do Plano de Cargos e Salários da Codevasf = R\$ 127.471,40 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta centavos) - Base Janeiro/2026.

14.1.2 Para os empregados, comissionados, requisitados, aposentados, dirigentes que recebem do nível M01 para cima, o cálculo será 70 vezes o salário do nível M01 (R\$ 3.941,96) do Plano de Cargos e Salários da Codevasf = R\$ 275.937,20 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte centavos) – Base Janeiro/2026.

14.2 Para todas as coberturas deste seguro, o pagamento da indenização será realizado sob a forma de pagamento único.

15. DA ACEITAÇÃO

15.1 A partir da data de início de vigência da Apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes aos segurados deste Contrato, inclusive aqueles que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.

15.2 Contemplará, mediante opção, os Empregados, Requisitados, Comissionados, Aposentados filiados à Fundação São Francisco, Aposentados e Dirigentes da Codevasf.

15.3 Todos os meses a Codevasf encaminhará a relação nominal a Seguradora e as novas adesões serão aceitas sem limite de idade e sem restrições ao estado de saúde dos segurados.

15.4 A relação nominal, no início da vigência da Apólice, levará em consideração os empregados segurados em junho/2026, do contrato anterior, após confirmação de adesão dos atuais segurados e baixa de eventuais desistências, como também novas adesões que deverão ser aceitas nas mesmas condições estabelecidas no item 15.3.

15.5 Os aposentados que irão aderir no início da vigência serão os existentes em junho/2026 na apólice anterior.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

16. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 A Codevasf se propõe a pagar pelo serviço objeto desta licitação, o valor máximo global anual de R\$ 8.598.501,09 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e um reais e nove centavos) com taxa mensal do seguro de 1,1044% conforme preço estimado em pesquisa de mercado, demonstrado a preços de março/2026.

16.2 Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Programa de Trabalho - nº 04.122.0032.2000.0001, 172108 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL – sob a gestão da Área de Administração e Tecnologia – AA da CODEVASF.

17. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 O prazo para execução do objeto deste TR é de 365 dias, a partir da data de emissão da apólice, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

17.2 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da apólice, compreende o prazo de execução do objeto, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias.

17.3 Caso a seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar ao Estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias que antecedam o final de vigência da apólice.

18. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 Do custeio mensal do segurado.

18.1.1 O custeio do seguro é contributivo e não contributivo conforme quadro abaixo:

TIPO DE SEGURADO	PARTICIPANTE DO CUSTEIO	PERCENTUAL DO CUSTEIO
Empregados, comissionados, requisitantes e dirigentes da Codevasf	ESTIPULANTE	50%
	SEGURADO	50%
Aposentados filiados à Fundação São Francisco e Aposentados NÃO filiados à Fundação São Francisco.	SEGURADO	100%
Empregados, Comissionados e Dirigentes Afastados por motivo de saúde	ESTIPULANTE	100%



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

18.2 Empregados, comissionados, requisitados e dirigentes da Codevasf são totalmente contributário 100% (cem por cento) do prêmio, sendo 50% (cinquenta por cento) pago pela Codevasf e 50% (cinquenta por cento) pago pelo empregado através de consignação em folha de pagamento de responsabilidade da contratada e nos casos de não consignação o pagamento será através de Guia de Recolhimento da União (GRU) diretamente para a Codevasf ou ressarcimento ao erário em folha de pagamento, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão do respectivo recolhimento e pagamento.

18.3 Aposentados filiados à Fundação São Francisco são totalmente contributários de 100% (cem por cento) do prêmio, mas descontados em folha de pagamento na Fundação São Francisco e repassados pela Codevasf à Seguradora, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão dos respectivos recolhimentos e pagamentos.

18.4 Aposentados não filiados à Fundação São Francisco são totalmente contributários, 100% (cem por cento) pago pelos aposentados através de Guia de Recolhimento da União diretamente para Codevasf, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão dos respectivos recolhimentos e pagamentos.

18.5 Os Empregados, comissionados, requisitados e dirigentes afastados em licença previdenciária, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, durante o período em que o mesmo permanecer nessa condição, não pagará os 50% (cinquenta por cento) do prêmio mensal individual, sendo de responsabilidade da Codevasf o pagamento dos 100% (cem por cento) para a Seguradora.

18.6 Em caso do empregado e do aposentado deixar de pagar o prêmio mensal por dois meses consecutivos ou de forma intercalada serão excluídos do seguro.

18.6.1 Da inadimplência

18.6.1.1 Considerar-se-á em situação de inadimplência o segurado que deixar de efetuar o pagamento do prêmio mensal após a data de vencimento da Guia de Recolhimento da União (GRU).

18.6.2 Do procedimento de cobrança

18.6.2.1 Decorridos 30 (trinta) dias de cobertura do seguro de vida em grupo, será emitida GRU, a qual deverá ser quitada pelo segurado até o 5º (quinto) dia útil subsequente à sua emissão.

18.6.2.2 Não ocorrendo o pagamento no prazo estabelecido no item 18.6.2.1, será encaminhado aviso de cobrança ao segurado, por meio do e-mail cadastrado e ou



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

whatsapp, concedendo-lhe prazo adicional de até 2 (dois) dias úteis para quitação do débito.

18.6.2.3 Decorridos 60 (sessenta) dias de cobertura no seguro de vida em grupo com débito, será concedido novo prazo para regularização de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da GRU, devendo o pagamento abranger, cumulativamente:

- a) o valor do mês em aberto; e
- b) o valor do mês de competência vigente.

18.6.2.4 Não havendo a quitação no prazo previsto no item 18.6.2.3, será emitida nova GRU, concedendo-lhe prazo adicional de até 2 (dois) dias úteis para pagamento.

18.6.3 Da Exclusão do Seguro de Vida em Grupo

18.6.3.1 Permanecendo a inadimplência após as medidas previstas dos itens acima, será encaminhado aviso de exclusão ao segurado, por meio do e-mail cadastrado e ou whatsapp.

18.6.3.2 A exclusão implicará no cancelamento definitivo da cobertura securitária, sem direito a qualquer indenização relativa a eventos ocorridos posterior.

18.6.4 Do retorno ao Seguro de Vida em Grupo

18.6.4.1 O segurado empregado que tiver sido excluído por inadimplência poderá ser reincluído no seguro, desde que promova a quitação integral dos débitos pendentes e solicite nova inclusão, observadas as condições estabelecidas pela seguradora e pelo estipulante.

18.6.4.2. O segurado aposentado excluído por inadimplência não poderá ser reincluído no seguro, em nenhuma hipótese, permanecendo o débito que deverá ser quitado para regularização da inadimplência.

18.6.5 Das comunicações

18.6.5.1. Todas as comunicações previstas nesta cláusula serão realizadas por meio do e-mail e ou whatsapp cadastrado pelo segurado, presumindo-se válidas para todos os efeitos legais.

18.6.5.2. Os prazos previstos nesta cláusula serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em contrário.

18.7 DO PAGAMENTO DE PRÊMIOS

18.7.1 O Estipulante processará, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Relação de Segurados integrantes deste Seguro, ativos e aposentados,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

contendo CPF, matrícula SIAPE, nome do segurado, data de nascimento, salário base, capital segurado, prêmio mensal, data de adesão, status do segurado (Ativo, Aposentado, Fundação, INSS), referente ao mês vigente da competência da cobertura do seguro.

18.7.2 Na Relação de Segurados o Estipulante informará a Seguradora o valor total do prêmio apurado para efeito de faturamento e cobrança referente ao grupo segurado.

18.7.3 A seguradora após recebimento da Relação de Segurados apresentará a nota fiscal/fatura, acompanhada de quadro demonstrativo mensal do número de vidas e capital segurado, a ser apresentada a Codevasf até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento da relação de segurados para pagamento mensal do prêmio do seguro.

18.7.4 O pagamento será efetuado mediante entrega dos documentos de cobrança, Faturas/Notas Fiscais, acompanhados dos relatórios mensais relativos às atividades realizadas, conforme estabelecido no item 5 deste Termo de Referência.

18.7.5 Os pagamentos serão efetuados em reais, mensalmente, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, devidamente atestados pela Codevasf.

18.7.6 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços do prêmio mensal, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

18.7.7 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.

18.7.8 O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

18.7.9 Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido e reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

18.7.10 As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.

18.7.11 Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

18.7.12 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.

18.7.13 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.

18.7.14 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

18.7.15 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

18.7.16 A Contratada deverá estar em situação regular no SICAF.

18.7.17 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

18.7.18 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

18.7.19 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

18.7.20 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

18.7.21 Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

18.7.22 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.

18.7.23 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

18.7.24 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

18.7.25 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

18.7.26 Fica estabelecido o local de faturamento para a sede da Codevasf endereço: SGAN 601 Módulo I, Edifício Deputado Manoel Novaes – Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70830-019.

19. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

19.1 Os valores dos prêmios e dos capitais segurados de todo o grupo segurado serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários B01 (R\$ 1.821,02) e M01 (R\$ 3.941,96), referência Janeiro/2026, da Codevasf.

19.2 As atualizações de capitais segurados abrangem também os empregados que, em vida, receberem indenização parcial decorrente de acidente.

19.3 DA TAXA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

19.3.1 A taxa única e mensal a ser aplicada ao presente seguro será composta de 4 (quatro) casas decimais, devendo ser apresentada no Termo de Proposta.

19.4 REVISÃO DAS TAXAS

19.4.1 A taxa de administração será fixa e irrevogável e incidirá sobre o valor bruto de cada fatura referente ao fornecimento do benefício Seguro de Vida em Grupo.

20. DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

20.1 As indenizações de sinistros deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação à Seguradora.

20.2 No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada. A nova contagem irá iniciar de onde parou até o limite de 30 dias corridos, a partir da data de entrega da documentação à Seguradora.

20.3 O não cumprimento do prazo do item 20.1, implicará na aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado do empregado, sem prejuízo de sua atualização.

20.4 Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros:

- a) no caso de Morte Natural, aquela vigente na data do óbito;
- b) nos casos de Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA), aquela vigente na data do acidente;
- c) nos casos de Invalidez Funcional Permanente por Doença (IFPD), aquela indicada na declaração médica;

20.5 É vedada a inclusão de cláusula nas condições contratuais que disponha sobre a fixação de prazo máximo para a comunicação de sinistro.

20.6 Em caso de ocorrência de sinistro, o Empregado, ou quem suas vezes fizer, deverá comunicar diretamente à Codevasf a ocorrência do sinistro para ser orientado dos procedimentos, documentos e prazos necessários para a liquidação do sinistro para assim ser encaminhado a Seguradora.

20.7 A Seguradora será responsável pelo pagamento de sinistro aos beneficiários, não cabendo a Codevasf pagamento ou recebimento de nenhum valor referente a liquidação do sinistro.

20.8 A Seguradora deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet ou por telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf, para os segurados e beneficiários entrarem em



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

contato em relação a assistência ou auxílio funeral, como também tirarem dúvida em relação a documentação, acompanhamento de solicitações e pagamento de sinistro.

20.9 A Seguradora deverá disponibilizar uma central de atendimento por meio da internet para requerimento de sinistro pela contratante.

21. DA CARÊNCIA

21.1 Este Seguro não está sujeito à carência.

22. DA CESSAÇÃO DA COBERTURA

22.1 As coberturas de cada segurado cessam automaticamente nas seguintes situações:

22.1.2 Pagamento de Indenização em caso de Morte do Segurado.

22.1.3 Pagamento da Indenização em caso de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD).

22.1.4 Quando o segurado solicitar sua exclusão da apólice.

22.1.5 Quando o segurado deixar de contribuir com sua parte no prêmio.

22.1.6 Ao final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada, respeitando o período correspondente ao prêmio integralmente pago para os riscos em curso.

22.1.7 Em caso de cancelamento da apólice, segundo as regras estabelecidas nestas condições contratuais.

22.1.8 O pagamento da indenização decorrente de Invalidez Parcial por Acidente não isenta o Segurado e o Estipulante da obrigação de continuar pagando os respectivos prêmios mensais do seguro.

23. MULTAS

23.1 Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

23.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

23.3 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

23.4 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

23.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

- b. Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AE/GFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

23.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Sede, que procederá ao seu exame.

23.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

23.8 Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

23.9 Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

24. GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

24.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

24.3 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência de Gestão de Pessoas da Área de Administração e Tecnologia -AA, da Codevasf.

24.4 A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

24.5 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato, será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

24.6 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

24.7 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

24.8 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

24.9 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

24.10 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

25.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

25.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

25.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Administração e Tecnologia – AA, responsável pela execução do contrato.

25.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

25.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Administração e Tecnologia - AA da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

25.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

25.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

25.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

26.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 01/2010.

26.2 A contratação observará, ainda, no que couber, a Lei nº 9.605 de 12/02/1998 (Lei de Proteção Ambiental) e as demais legislações e Resoluções do CONAMA.

27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 A contratada fica obrigada a garantir todos os serviços contratados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

27.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

27.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência e autorização da CODEVASF.

27.4 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Codevasf, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente termo.

27.5 A contratada deverá apresentar, por ocasião da assinatura contratual, comprovante de cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o código ativo de consignatária

27.6 Declaração de ciência da obrigatoriedade de comprovação do cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o código ativo de consignatária, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.761 de 30 de outubro de 2023, por ocasião da assinatura contratual, Anexo VIII.

27.6.1 Manter código ativo de consignatária durante todo o período da execução contratual e seus aditivos de prazo junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

27.7 Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice do Seguro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos.

27.8 Disponibilizar um Manual do Segurado, eletronicamente ou pela internet, com os procedimentos em caso de sinistro e orientações referentes às documentações necessárias para cada cobertura, bem como disponibilizar os formulários para liquidação de sinistro.

27.9 Emitir Certificado Individual de Seguro impresso ou disponibilizar pela internet para os segurados da Codevasf, no início do seguro e em cada uma das renovações contendo as condições contratadas como dados do segurado, as datas de início e término de vigência do seguro, cobertura, capital segurado de cada cobertura contratada, dados da Apólice e registro do processo na SUSEP.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

27.10 A Seguradora deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet ou por telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf, para os segurados e beneficiários entrarem em contato em relação a assistência ou auxílio funeral, como também tirarem dúvida em relação a documentação, acompanhamento de solicitações e pagamento de sinistro.

27.11 Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes da prestação dos serviços, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como pelos encargos trabalhistas e previdenciários, previstos em legislação específica e vigente, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Codevasf, além de responder, também, por eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao objeto deste Contrato.

27.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Codevasf ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Codevasf fiscalizar seu acompanhamento.

27.13 Prestar esclarecimentos à Codevasf sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

27.14 Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais;

27.15 Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada;

27.16 Executar diretamente o objeto do futuro contrato decorrente desta licitação, vedada a subcontratação, exceto para assistência ou auxílio funeral.

27.17 Liquidar os sinistros nos prazos e nas formas definidas no Termo de Referência.

27.18 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem previa autorização da Codevasf.

27.19 A Contratada deverá apresentar outras documentações sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

27.20 Iniciar a execução dos serviços contratados em observância deste Termo de Referência na data que a CODEVASF estipular no contrato.

27.21 Designar um preposto para execução dos serviços, que será responsável pela supervisão, orientação e acompanhamento dos trabalhos, e que se reportará ao fiscal do contrato, como representante da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

28. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

28.1 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da Contratada o cumprimento integral do Contrato.

28.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.

28.3 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

28.4 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

28.5 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.

28.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

28.7 Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa contratada, durante toda a vigência contratual.

28.8 Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

28.9 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

28.10 Disponibilizar a relação de segurados integrantes deste seguro e a relação de consignação.

29. MATRIZ DE RISCOS

29.1 A matriz de risco está apresentada no Anexo III deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

29.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.

29.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

29.4 Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

29.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

29.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

29.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

29.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

29.9 Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

29.10 A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

30. CONDIÇÕES GERAIS

30.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transcrições.

30.2 É Estipulante desta Apólice a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, CNPJ: 00399857/0001-26.

30.3 O Grupo Segurável é composto de: Empregados, requisitado, Comissionados, Dirigentes da Codevasf, Aposentados filiados à Fundação São Francisco e Aposentados não filiados à Fundação São Francisco que optarem em aderir ao Seguro de Vida em Grupo, enquanto estão ainda vinculados à Codevasf. O efetivo em 2026 é de 2112 empregados, requisitados e comissionados e 397 aposentados, totalizando o máximo para o grupo segurável de 2509 vidas.

30.4 O Grupo Segurado é composto de: Empregados, requisitado, Comissionados, Dirigentes da Codevasf, Aposentados filiados à Fundação São Francisco e Aposentados não filiados à Fundação São Francisco. O efetivo em janeiro de 2026 era de 690 ativos e



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

397 aposentados. O efetivo completo do Grupo Segurado será atualizado, a partir da vigência do contrato, a cada faturamento mensal.

30.5 A cobertura relativa aos segurados ativos no momento do desligamento por aposentadoria de tempo de contribuição, invalidez ou idade, não sofrerá descontinuidade desde que o mesmo, opte em continuar no seguro, que não tenha recebido o seguro por invalidez permanente e serão aceitos nas mesmas condições estabelecidas para novas adesões.

30.6 Os aposentados relacionados na nova apólice, no momento da assinatura do contrato, serão os optantes pelo seguro de vida em grupo vigente atualmente, não sendo permitido o ingresso de aposentados, já desligado da empresa e que não seja segurado.

30.7 Em caso de demissão, que não caracterize aposentadoria, com perda de vínculo empregatício com a empresa, o empregado será excluído do seguro.

30.8 Na operacionalização do presente seguro será utilizado formulário da empresa contratada.

30.9 A Codevasf ficará responsável pela guarda do documento mantendo à disposição da Seguradora sempre que necessário e solicitado por esta.

30.10 Não tendo o formulário preenchido, serão aceitos os Termos de Nomeação e Alteração de Beneficiários ou Proposta de Adesão das empresas com contratos anteriores de 2018 a 2026 (Gente Seguradora, Aliança e Mapfre Vida).

30.11 O segurado poderá alterar seus beneficiários a qualquer tempo, mediante o preenchimento de formulário.

30.12 A ausência de beneficiários designados pelo segurado será considerada como beneficiários aquele enquadrado como herdeiro legal conforme previsto no Código Civil Brasileiro em vigor.

30.13 A falta de preenchimento do formulário de adesão não se constituirá em impedimento para liquidação do sinistro, não sendo admitida, portanto, a alegação de dúvida quanto aos beneficiários como razão para retardamento da liquidação.

30.14 Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados com fiel observância a este instrumento e com as normas de regulamentação da SUSEP e legislação vigente.

30.15 A última fatura paga de janeiro/2026 no contrato atualmente vigente com a empresa Gente Seguradora S/A foi no valor de R\$ 342.422,76, referente a 1087 vidas, com uma taxa de administração 1,2629%.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

31. ANEXOS

31.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I - Justificativas
- Anexo II - Modelo de Planilha de Preços (Proposta)
- Anexo III - Matriz de Riscos
- Anexo IV - Relação do Quadro Geral de empregados da Codevasf
- Anexo V - Relação do Quadro na apólice atual
- Anexo VI - Relação de Aposentados na apólice atual
- Anexo VII - Relação de Sinistros de 2021 a Janeiro de 2026
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de cadastramento de consignatária

Brasília, 04 de maio de 2026.

Assinado eletronicamente

Cristiane de Lima Carvalho
Analista em Desenvolvimento Regional
Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional

Assinado eletronicamente

Pedro Augusto de Aquino Morosini
Chefe-Substituto da Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional
Gerência de Gestão de Pessoas

De acordo:

Assinado eletronicamente

SAULO SERVIO BARBOSA
Gerente de Gestão de Pessoas

Aprovado:

Assinado eletronicamente

GERSON VINICIUS CESTARI SOUZA
Gerente-Executivo da Área Administração e Tecnologia



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

- 1- **Finalidade:** Este anexo tem por finalidade a contratação **Seguro de Vida em Grupo**, com cobertura básica e coberturas adicionais, incluindo Assistência ou Auxílio Funeral, garantindo proteção financeira aos beneficiários.
- 2- **Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente.

- 3- **Da necessidade da contratação:**

A necessidade da contratação decorre de obrigação assumida pela CODEVASF no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2026, especificamente em sua Cláusula Décima, que dispõe:

“A CODEVASF manterá o Seguro de Vida em Grupo, nos termos vigentes, inclusive com o auxílio funeral, cabendo aos empregados inscritos no benefício o pagamento mensal da coparticipação.”

Trata-se, portanto, de obrigação de natureza legal-negocial, vinculante para a Administração, cuja inobservância poderá ensejar descumprimento do ACT, passivos trabalhistas, questionamentos pelos órgãos de controle e prejuízos institucionais.

- 4- **Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

A solução mais adequada consiste na **contratação de seguradora legalmente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, integrante do mercado segurador nacional.

A contratação de seguradoras especializadas assegura:

- Conformidade com a legislação específica de seguros;
- Capacidade técnica e econômico-financeira para absorção e gerenciamento dos riscos;
- Estrutura operacional apta à gestão de apólices coletivas, regulação de sinistros e prestação de assistência funeral em âmbito nacional;
- Garantia de solvência, liquidez e continuidade do serviço.

- 5- **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com as normas internas da CODEVASF e com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle, utilizando-se, de forma combinada e complementar:

- Consultas a seguradoras atuantes no mercado de seguros de vida em grupo;
- Avaliação de parâmetros históricos de contratações anteriores da CODEVASF;
- Consulta de contratos semelhantes de outras empresas públicas;
- Consulta ao portal de compras do Governo Federal.

Para a composição do valor estimado, foram considerados apenas orçamentos:

- Compatíveis com as especificações técnicas do objeto;
- Provenientes de empresas regularmente autorizadas pela SUSEP;
- Obtidos em período recente, garantindo atualidade dos valores.

Foram descartadas as consultas feitas as empresas públicas e ao portal de compras do Governo Federal por serem objetos peculiares e específicos não sendo possível fazer comparação.

6- Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do serviço objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

7- Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

8- Critério de Julgamento:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

9- Dos requisitos de aceitação das propostas:

Os requisitos de aceitação das propostas observarão as condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, assegurando que as propostas:

- Atendam integralmente às coberturas básicas e adicionais exigidas;
- Observem os capitais segurados e condições operacionais mínimas;
- Sejam compatíveis com a legislação securitária e normas da SUSEP;
- Apresentem exequibilidade econômica e coerência entre preço e risco assumido.

Propostas que não atendam às especificações técnicas ou apresentem inconsistências serão desclassificadas.

10-Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

As exigências de qualificação técnica foram definidas de forma suficiente à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, sendo exigidas apenas quando indispensáveis.

Serão considerados, entre outros fatores:

- Autorização regular da seguradora junto à SUSEP;
- Experiência prévia na gestão de seguro de vida em grupo de porte compatível;
- Capacidade operacional para atendimento nacional e regulação de sinistros.
- Declaração de ciência da obrigatoriedade de comprovação de cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com código ativo de consignatária, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.761 de 30/10/2023, por ocasião da assinatura do contrato.

A dosimetria das exigências observará o princípio da competitividade, evitando restrições indevidas ao certame.

11-Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Nos termos da Súmula 247 do TCU, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. Sendo assim, considerando que a pretensão contratual será em item único, resta inviabilizada técnica e economicamente o parcelamento do objeto, vez que não propiciará ampliação da competitividade.

12-Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

Será permitida a participação de microempresa e empresa de pequeno porte sem os benefícios da legislação vigente, em razão da natureza o objeto, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso VIII da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

13-Permissão para Participação de Consórcios:

Será vedada a participação de consórcios, pois o objeto a ser licitado não possui complexidade que justifique a associação de duas ou mais empresas para seu fornecimento e o valor do seguro está compatível com a capacidade individual da maioria das seguradoras.

14-Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas.

15-Permissão para Subcontratação:

Sim, somente será permitido subcontratação para os serviços de Assistência ou Auxílio Funeral.

16-Dos critérios de reajustamento:

Os valores dos prêmios e dos capitais segurados de todo o grupo segurado serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários B01 e M01, conforme padrão da Tabela Salarial da Codevasf.

17-Garantia de Execução (caução):

Devido à abrangência do objeto em questão, a exigência de garantia de execução busca, especialmente:

Mitigar riscos financeiros: possibilita maior segurança para a Codevasf quanto ao ressarcimento de eventuais prejuízos financeiros ocasionados pelo não cumprimento do contrato por parte da contratada.

Incentivar o cumprimento do contrato: a existência da garantia de execução pode ser utilizada como incentivo para que a contratada cumpra suas obrigações em sua integralidade, já que estabelece um custo financeiro associado ao descumprimento.

18. Da relação entre demanda prevista e a contratada:

A quantidade deverá ser suficiente para atender um quadro de 2.112 (dois mil cento e doze) empregados, requisitados, comissionados e dirigentes, mais 397 (trezentos e noventa e sete) aposentados, totalizando 2.509 (dois mil quinhentos e nove) potenciais beneficiários do Seguro de Vida em Grupo.

O número de beneficiários vigente hoje é de 1.087 (um mil e oitenta e sete) vidas, base Janeiro/2026.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

19. Declaração de compatibilidade com o Plano Estratégico Institucional:

A prestação dos serviços de seguro de vida em grupo está alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional 2026-2030, com a seguinte perspectiva:

Perspectiva: Gestão e Governança

Objetivo Estratégico: OE1 – Aprimorar a Gestão de Pessoas e a Qualidade de Vida

Tema: Pessoas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

1. Razão Social da Empresa:
2. CNPJ Nº:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax: E-mail:.....
7. Validade da Proposta: dias (no mínimo 60 (sessenta) dias).
8. Banco: Agência: Conta Corrente:...
9. Representante da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:
11. A Unidade da Federação na qual será emitido o documento fiscal é
12. Apresentamos nossa Proposta para a contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo incluindo Assistência/Auxílio Funeral para os empregados, requisitados, comissionados, aposentados filiados a Fundação São Francisco de Previdência Complementar, Aposentados sem Fundação, Presidente e Diretores da Codevasf, mediante opção pelo benefício, pelo Prêmio Anual Global de R\$ _____
(_____).

REFERÊNCIA CAPITAL SEGURADO	Qt de Empregados	CAPITAL SEGURADO	TAXA MENSAL DO SEGURO	PRÊMIO MENSAL INDIVIDUAL (PMI)	PRÊMIO MENSAL GLOBAL (PMG)	PRÊMIO ANUAL GLOBAL (PAG)
70 X B01 (R\$ 1.821,02) - APOSENTADOS	98	R\$ 127.471,40		R\$	R\$	
70 X B01 (R\$ 1.821,02) - EMPREGADOS	195	R\$ 127.471,40		R\$	R\$	
70 X M01 (R\$ 3.941,96) - APOSENTADOS	299	R\$ 275.937,20		R\$	R\$	
70 X M01 (R\$ 3.941,96) - EMPREGADOS	1917	R\$ 275.937,20		R\$	R\$	
TOTAL DE SEGURADOS	2509					R\$

UF, de de 2026.

CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Versão 12.0

MATRIZ DE RISCOS

PROCESSO ELETRÔNICO:	59500.000907/2026-28-e
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo Assistência ou Auxílio Funeral, para os Empregados, Comissionados, requisitados, Aposentados filiados à Fundação São Francisco, Aposentados e Dirigentes da Codevasf.
LOCAL DE EXECUÇÃO:	Os serviços objeto deste Termo de Referência aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.
UNIDADE SUPRIDORA:	Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional
UNIDADE ORGÂNICA DEMANDANTE:	Toda a Codevasf

Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC004	Gestão contratual	Falta de orientação aos beneficiários; por procedimentos complexos; por desconhecimento da documentação necessária.	Poderá ocorrer atraso no pagamento do sinistro	Atraso no recebimento da indenização; Insatisfação dos beneficiários.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Criar canal de atendimento específico ATENUANTE: Criar canal de atendimento específico"
RC005	Gestão contratual	Seguradora com baixa capacidade operacional; Exigências documentais excessivas; Ausência de prazo máximo de pagamento. Falha na regulação do sinistro.	Poderá ocorrer atraso no pagamento do sinistro	Prejuízo financeiro aos beneficiários; Danos reputacionais; Falhas na regulação do sinistro.	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Exigir prazo máximo contratual de pagamento ; Exigir comprovação de capacidade técnica e operacional; Exigir autorização e regularidade junto à SUSEP ATENUANTE: Exigir prazo máximo contratual de pagamento ; Exigir
RC006	Gestão contratual	Falhas de sistemas; Perda de documentos.	Poderá ocorrer indisponibilidade no envio da documentação	Prejuízo ao beneficiário.	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Exigir Implantação de sistema digital com backup; ATENUANTE: A contratada deve solucionar problemas de indisponibilidade dos serviços para envio da documentação exigida sob pena de multa e rescisão de contrato."
RC007	Gestão contratual	Contratação de seguradora sem capacidade técnica	Poderá ocorrer não pagamento do sinistro	Judicialização; Danos reputacionais para a Seguradora	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Fiscalização ativa; ATENUANTE: Aplicação de sanções; Rescisão contratual."
RC008	Gestão contratual	Aceitação de novas adesões sem limites de idade ou restrição de saúde.	Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais	Aumento do prêmio; Risco de inviabilidade contratual.	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Definição de critérios claros no edital. ATENUANTE: Definição de critérios claros no edital."

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC009	Gestão contratual	Não identificação da causa da natureza ou extensão da lesão; Falta de clareza contratual.	Poderá ocorrer divergência da análise do sinistro entre a seguradora e o beneficiário	Não caracterização de invalidez; judicialização; Atrasos; Custos administrativos	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Propor ao segurado junta médica dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da contestação de acordo com a normatização da SUSEP ATENUANTE: Regras contratuais claras."
RC010	Gestão contratual	Inadimplência individual;	Poderá ocorrer não pagamento do valor do prêmio pelos aposentados	Perda da Cobertura;	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Compartilhar	PREVENTIVO: Comunicação preventiva; sistema de cobrança estruturado. ATENUANTE: Exclusão do aposentado da apólice e recuperação dos valores"
RC011	Gestão contratual	Inadimplência individual;	Poderá ocorrer não pagamento do valor do prêmio pelos empregados	Suspensão da cobertura;	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Compartilhar	PREVENTIVO: Comunicação preventiva; sistema de cobrança estruturado. ATENUANTE: Exclusão do empregado da apólice e recuperação dos valores"
RC012	Gestão contratual	Falha no envio de dados; Erros operacionais	Poderá ocorrer exclusão indevida de segurados	Falta de cobertura; Judicialização; Recusa do pagament do sinistro pela seguradora.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Compartilhar	PREVENTIVO: Sistema de cobrança estruturado; Conferência dos dados. ATENUANTE: Reincluir o empregado/ aposentado na apólice. "
RC013	Gestão contratual	Perda de cadastro da seguradora como consignatária;	Poderá ocorrer não consignação na folha de pagamento dos empregados	Não consignação na folha de pagamento dos empregados	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Apresentação da declaração anualmente. ATENUANTE: Regularizar a situação imediatamente. "
RC014	Gestão contratual	Intercorrências administrativas;	Poderá ocorrer não envio da relação de segurados para a empresa contratada	Falta de cobertura; judicialização.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Desenvolver um sistema estruturado; ATENUANTE: Enviar a lista do mês anterior"

* Ocultar as linhas que não forem utilizadas e formatar a altura das linhas.

COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	Myllena Rocha Falcão	Lotação:	AA/GGP/UBS
ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	Crisitane de Lima Carvalho	Lotação:	AA/GGP/UBS
No	Cláudia Alves Gonçalves Borges	Lotação:	AA/GGP/UBS
No		Lotação:	
No		Lotação:	
No		Lotação:	
LOCAL/DATA:		Brasília, 19 de fevereiro de 2026.	

Obs.: Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado o "Plano de Gerenciamento de Riscos em Contratações e Doações da Codevasf", que contempla o Modelo de Elaboração do Mapa e Matriz de Contratações, por meio da Deliberação nº 57 de dezembro de 2024 (processo nº 59500.003411/2024-44-e). O Plano atende à recomendação nº 4 do Relatório de Auditoria nº 902916-Controladoria-Geral da União - CGU (Processo nº 59500.002345/2022-23-e) que em 31 de dezembro de 2024

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

QUANTITATIVO	DT_NASCIMENTO	SEXO	TIPO DE SEGURADO	NÍVEL	SAL_BASE_CAL	CAPITAL SEGURADO
1	07/06/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
2	03/08/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
3	04/12/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
4	15/12/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
5	30/01/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
6	07/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
7	21/11/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
8	02/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
9	21/08/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
10	04/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
11	18/01/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
12	18/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
13	02/11/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
14	23/06/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
15	30/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
16	01/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
17	15/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
18	04/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
19	20/04/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
20	15/12/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
21	05/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
22	01/05/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
23	26/08/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
24	06/12/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
25	18/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
26	21/03/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
27	03/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
28	22/11/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
29	14/01/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
30	27/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
31	16/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
32	26/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
33	15/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
34	04/11/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
35	23/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
36	25/03/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
37	19/10/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
38	23/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
39	09/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
40	15/07/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
41	09/12/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
42	29/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
43	23/06/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
44	13/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
45	15/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
46	08/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
47	25/05/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
48	12/07/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
49	14/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
50	21/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
51	06/09/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
52	22/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
53	04/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
54	30/01/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
55	02/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
56	03/12/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
57	10/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
58	29/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
59	26/03/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
60	23/06/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
61	11/07/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
62	29/07/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
63	06/06/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
64	10/01/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
65	27/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
66	05/08/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

67	02/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
68	13/11/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
69	04/12/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
70	06/11/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
71	01/04/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
72	07/03/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
73	02/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
74	28/07/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
75	01/04/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
76	23/05/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
77	11/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
78	02/12/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
79	25/08/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
80	29/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
81	14/02/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
82	10/01/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
83	28/01/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
84	05/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
85	19/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
86	16/09/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
87	12/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
88	20/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
89	08/12/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
90	23/11/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
91	05/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
92	09/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
93	06/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
94	17/05/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
95	29/01/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
96	08/09/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
97	20/06/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
98	15/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
99	23/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
100	06/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
101	15/10/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
102	03/07/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
103	04/11/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
104	01/10/1953	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
105	18/10/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
106	06/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
107	29/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
108	15/05/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
109	25/01/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
110	26/01/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
111	08/11/1945	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
112	27/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
113	03/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
114	31/01/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
115	10/10/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
116	01/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
117	22/12/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
118	04/01/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
119	13/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
120	07/05/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
121	12/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
122	08/09/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
123	23/12/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
124	17/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
125	03/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
126	18/02/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
127	17/07/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
128	30/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
129	15/05/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
130	28/02/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
131	17/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
132	09/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
133	22/05/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
134	18/04/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40

ANEXO IV**RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL**

135	15/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
136	12/04/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
137	10/06/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
138	30/07/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
139	23/03/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
140	20/10/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
141	28/03/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
142	05/11/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
143	30/07/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
144	10/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
145	04/08/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
146	07/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
147	03/03/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
148	02/05/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
149	17/06/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
150	16/10/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
151	12/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
152	20/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
153	25/02/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
154	17/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
155	03/09/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
156	22/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
157	30/09/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
158	25/10/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
159	06/09/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
160	05/01/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
161	16/06/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
162	09/05/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
163	11/06/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
164	23/09/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
165	20/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
166	05/05/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
167	11/03/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
168	08/10/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
169	15/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
170	25/09/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
171	10/06/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
172	19/09/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
173	02/03/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
174	19/03/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
175	23/06/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
176	09/02/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
177	11/09/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
178	03/03/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
179	13/02/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
180	22/11/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
181	21/03/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
182	21/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
183	16/11/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
184	01/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
185	19/07/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
186	06/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
187	19/06/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
188	26/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
189	06/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
190	23/10/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
191	26/05/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
192	21/05/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
193	03/07/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
194	23/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
195	23/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	R\$ 1.821,02	R\$ 127.471,40
196	26/08/1949	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
197	05/06/1941	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
198	12/05/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
199	16/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
200	14/09/1945	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
201	08/06/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
202	10/05/1945	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

203	19/09/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
204	22/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
205	09/07/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
206	17/08/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
207	11/06/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
208	15/04/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
209	24/10/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
210	03/06/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
211	29/06/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
212	31/03/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
213	08/06/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
214	29/04/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
215	13/10/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
216	09/01/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
217	05/03/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
218	24/03/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
219	02/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
220	11/07/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
221	15/10/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
222	01/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
223	19/09/1944	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
224	27/06/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
225	30/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
226	25/01/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
227	21/04/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
228	12/06/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
229	09/05/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
230	25/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
231	18/03/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
232	23/11/1951	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
233	21/09/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
234	05/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
235	15/04/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
236	07/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
237	01/02/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
238	05/09/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
239	14/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
240	23/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
241	14/03/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
242	25/06/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
243	28/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
244	09/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
245	13/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
246	30/04/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
247	19/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
248	24/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
249	10/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
250	03/05/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
251	24/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
252	25/04/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
253	12/04/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
254	12/07/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
255	14/11/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
256	20/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
257	30/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
258	19/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
259	01/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
260	29/11/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
261	15/08/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
262	05/01/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
263	18/09/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
264	23/11/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
265	02/08/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
266	06/12/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
267	11/07/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
268	24/10/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
269	13/03/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

270	05/08/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
271	20/04/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
272	08/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
273	30/11/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
274	23/10/1954	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
275	28/09/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
276	16/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
277	26/05/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
278	06/08/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
279	08/01/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
280	29/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
281	27/04/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
282	29/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
283	20/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
284	25/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
285	22/05/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
286	18/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
287	10/08/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
288	29/12/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
289	25/02/1943	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
290	29/07/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
291	28/10/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
292	09/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
293	13/08/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
294	13/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
295	01/04/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
296	14/01/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
297	03/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
298	04/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
299	23/11/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
300	28/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
301	29/07/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
302	29/09/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
303	07/11/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
304	11/12/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
305	10/10/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
306	21/02/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
307	18/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
308	09/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
309	07/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
310	16/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
311	08/03/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
312	11/08/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
313	12/04/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
314	16/05/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
315	21/07/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
316	29/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
317	17/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
318	04/03/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
319	14/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
320	17/07/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
321	31/05/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
322	24/09/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
323	06/02/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
324	20/02/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
325	20/04/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
326	22/10/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
327	30/11/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
328	27/03/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
329	30/11/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
330	23/09/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
331	01/08/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
332	28/09/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
333	17/12/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
334	08/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
335	08/09/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
336	13/06/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
337	10/08/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV**RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL**

338	21/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
339	14/12/1948	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
340	22/12/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
341	22/07/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
342	07/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
343	16/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
344	24/12/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
345	18/03/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
346	05/03/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
347	05/11/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
348	21/08/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
349	09/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
350	16/08/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
351	16/02/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
352	08/10/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
353	07/09/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
354	31/01/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
355	02/07/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
356	02/09/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
357	10/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
358	08/02/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
359	05/04/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
360	27/03/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
361	25/07/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
362	03/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
363	17/02/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
364	22/08/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
365	09/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
366	08/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
367	13/08/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
368	17/02/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
369	04/08/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
370	12/01/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
371	13/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
372	10/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
373	22/10/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
374	18/04/1961	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
375	12/02/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
376	30/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
377	19/06/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
378	28/06/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
379	08/03/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
380	28/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
381	27/02/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
382	09/01/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
383	15/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
384	27/02/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
385	22/08/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
386	26/03/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
387	07/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
388	05/07/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
389	15/12/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
390	20/09/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
391	26/04/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
392	13/03/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
393	12/01/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
394	23/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
395	29/08/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
396	18/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
397	23/12/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
398	26/05/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
399	17/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
400	30/03/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
401	16/10/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
402	06/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
403	26/04/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
404	13/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
405	19/01/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

406	19/09/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
407	24/08/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
408	19/08/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
409	12/12/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
410	06/10/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
411	17/12/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
412	27/11/1966	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
413	12/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
414	12/07/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
415	28/11/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
416	28/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
417	28/02/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
418	13/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
419	06/01/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
420	16/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
421	26/06/1965	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
422	06/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
423	02/03/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
424	14/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
425	12/09/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
426	20/11/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
427	09/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
428	16/03/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
429	29/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
430	21/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
431	22/07/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
432	23/10/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
433	12/03/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
434	26/04/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
435	10/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
436	04/07/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
437	01/03/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
438	20/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
439	23/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
440	02/06/1966	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
441	05/06/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
442	08/10/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
443	01/07/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
444	12/12/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
445	07/05/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
446	03/09/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
447	14/05/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
448	25/04/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
449	11/02/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
450	05/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
451	03/04/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
452	03/06/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
453	13/09/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
454	04/10/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
455	23/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
456	23/10/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
457	13/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
458	23/02/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
459	26/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
460	06/04/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
461	20/09/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
462	25/01/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
463	07/04/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
464	05/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
465	04/11/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
466	15/12/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
467	20/05/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
468	23/02/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
469	02/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
470	11/09/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
471	29/04/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
472	04/12/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
473	17/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

474	19/12/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
475	27/10/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
476	05/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
477	29/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
478	13/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
479	01/01/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
480	16/12/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
481	17/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
482	26/11/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
483	29/04/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
484	02/02/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
485	24/05/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
486	09/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
487	22/07/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
488	30/11/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
489	17/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
490	11/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
491	28/03/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
492	12/05/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
493	22/04/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
494	05/08/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
495	19/07/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
496	02/02/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
497	29/08/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
498	27/06/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
499	08/04/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
500	04/09/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
501	28/02/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
502	21/07/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
503	23/02/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
504	07/09/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
505	21/08/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
506	25/07/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
507	20/05/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
508	05/11/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
509	17/07/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
510	15/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
511	24/07/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
512	07/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
513	29/04/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
514	08/06/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
515	05/12/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
516	20/04/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
517	01/02/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
518	27/07/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
519	30/04/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
520	13/04/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
521	26/09/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
522	29/10/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
523	14/07/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
524	11/08/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
525	29/10/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
526	10/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
527	19/09/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
528	21/12/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
529	31/05/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
530	07/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
531	17/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
532	04/06/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
533	13/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
534	27/01/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
535	15/11/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
536	29/08/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
537	14/08/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
538	25/09/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
539	26/05/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
540	09/07/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
541	13/04/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

542	23/01/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
543	02/09/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
544	21/06/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
545	08/07/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
546	31/10/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
547	17/08/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
548	28/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
549	09/08/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
550	27/10/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
551	27/11/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
552	08/11/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
553	30/10/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
554	30/03/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
555	13/12/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
556	31/10/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
557	26/06/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
558	18/06/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
559	08/12/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
560	19/03/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
561	04/06/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
562	28/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
563	18/02/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
564	05/02/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
565	17/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
566	16/12/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
567	10/06/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
568	04/07/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
569	21/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
570	12/10/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
571	12/06/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
572	06/09/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
573	29/05/1966	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
574	22/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
575	20/11/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
576	06/05/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
577	26/06/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
578	24/11/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
579	27/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
580	03/11/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
581	27/11/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
582	15/06/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
583	12/07/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
584	03/02/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
585	11/02/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
586	28/02/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
587	10/05/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
588	28/11/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
589	11/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
590	29/07/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
591	02/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
592	19/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
593	15/05/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
594	18/08/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
595	30/09/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
596	01/09/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
597	14/02/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
598	20/10/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
599	08/08/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
600	16/11/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
601	29/04/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
602	27/04/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
603	17/08/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
604	11/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
605	10/06/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
606	01/01/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
607	11/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

608	17/01/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
609	11/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
610	29/07/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
611	31/07/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
612	21/08/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
613	17/08/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
614	16/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
615	22/07/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
616	21/10/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
617	15/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
618	07/04/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
619	14/04/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
620	23/02/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
621	10/07/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
622	24/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
623	29/04/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
624	04/12/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
625	17/02/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
626	21/11/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
627	17/11/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
628	30/09/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
629	19/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
630	23/03/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
631	23/06/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
632	27/09/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
633	15/11/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
634	15/06/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
635	21/03/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
636	11/12/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
637	16/05/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
638	26/06/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
639	02/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
640	04/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
641	11/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
642	12/09/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
643	10/04/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
644	15/04/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
645	14/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
646	05/01/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
647	14/09/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
648	13/10/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
649	17/02/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
650	09/12/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
651	22/12/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
652	20/02/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
653	25/06/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
654	19/12/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
655	12/04/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
656	11/09/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
657	14/05/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
658	23/04/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
659	23/08/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
660	11/08/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
661	20/03/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
662	02/09/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
663	05/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
664	05/05/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
665	20/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
666	23/04/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
667	09/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
668	10/05/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
669	10/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
670	06/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
671	01/03/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
672	10/03/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
673	30/12/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

674	06/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
675	10/03/1953	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
676	17/08/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
677	23/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
678	04/08/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
679	14/08/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
680	05/02/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
681	15/04/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
682	16/09/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
683	08/09/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
684	23/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
685	29/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
686	09/11/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
687	30/05/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
688	27/08/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
689	14/05/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
690	06/03/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
691	03/10/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
692	26/08/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
693	24/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
694	06/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
695	24/08/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
696	29/02/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
697	19/10/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
698	13/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
699	13/03/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
700	28/03/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
701	30/09/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
702	03/11/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
703	17/07/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
704	31/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
705	08/05/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
706	02/10/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
707	11/10/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
708	12/10/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
709	19/12/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
710	12/12/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
711	06/04/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
712	25/10/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
713	26/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
714	07/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
715	21/05/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
716	07/06/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
717	16/01/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
718	22/07/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
719	21/09/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
720	23/02/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
721	10/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
722	16/11/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
723	25/11/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
724	02/09/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
725	17/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
726	06/11/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
727	13/12/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
728	25/11/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
729	02/07/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
730	30/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
731	11/03/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
732	18/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
733	14/06/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
734	18/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
735	28/08/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
736	17/04/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
737	12/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
738	08/07/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
739	14/11/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
740	24/11/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

741	07/08/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
742	09/04/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
743	28/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
744	28/12/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
745	26/12/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
746	21/05/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
747	03/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
748	17/10/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
749	29/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
750	31/12/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
751	14/05/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
752	31/05/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
753	10/05/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
754	06/07/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
755	30/10/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
756	12/01/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
757	13/10/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
758	11/11/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
759	17/05/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
760	16/10/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
761	22/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
762	18/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
763	21/03/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
764	21/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
765	03/03/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
766	12/10/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
767	28/10/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
768	15/12/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
769	16/07/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
770	21/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
771	29/11/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
772	25/02/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
773	08/12/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
774	28/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
775	28/07/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
776	02/06/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
777	14/01/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
778	17/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
779	04/05/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
780	26/07/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
781	23/06/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
782	13/01/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
783	02/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
784	02/04/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
785	08/10/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
786	22/05/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
787	02/01/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
788	23/03/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
789	22/02/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
790	11/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
791	25/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
792	19/03/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
793	29/10/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
794	07/07/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
795	31/12/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
796	15/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
797	22/11/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
798	11/11/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
799	28/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
800	24/06/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
801	17/07/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
802	13/04/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
803	23/03/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
804	08/12/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
805	03/07/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
806	29/04/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

807	23/05/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
808	29/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
809	13/01/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
810	16/09/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
811	26/03/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
812	11/07/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
813	03/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
814	23/12/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
815	03/12/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
816	16/07/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
817	13/07/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
818	05/03/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
819	24/07/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
820	25/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
821	29/01/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
822	27/09/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
823	03/04/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
824	03/01/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
825	12/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
826	30/03/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
827	28/10/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
828	30/04/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
829	16/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
830	31/08/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
831	30/06/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
832	18/06/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
833	17/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
834	11/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
835	21/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
836	25/05/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
837	28/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
838	14/10/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
839	01/06/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
840	10/12/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
841	26/04/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
842	11/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
843	15/03/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
844	09/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
845	18/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
846	15/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
847	30/03/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
848	23/03/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
849	16/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
850	02/09/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
851	24/04/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
852	24/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
853	23/09/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
854	20/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
855	07/01/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
856	17/09/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
857	20/01/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
858	24/11/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
859	14/05/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
860	16/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
861	27/04/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
862	21/02/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
863	03/11/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
864	30/12/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
865	19/05/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
866	01/12/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
867	17/11/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
868	25/05/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
869	27/11/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
870	14/08/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
871	06/11/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
872	22/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

873	22/07/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
874	22/07/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
875	16/05/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
876	14/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
877	31/03/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
878	10/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
879	05/02/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
880	08/01/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
881	23/02/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
882	03/12/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
883	03/06/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
884	30/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
885	01/11/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
886	30/12/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
887	01/09/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
888	09/04/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
889	03/01/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
890	13/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
891	25/06/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
892	01/03/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
893	05/05/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
894	14/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
895	09/04/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
896	07/06/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
897	01/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
898	16/02/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
899	16/02/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
900	15/06/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
901	08/11/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
902	26/10/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
903	03/01/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
904	21/10/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
905	03/09/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
906	01/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
907	10/07/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
908	24/03/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
909	08/06/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
910	10/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
911	15/06/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
912	14/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
913	24/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
914	17/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
915	25/11/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
916	13/06/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
917	15/07/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
918	01/12/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
919	03/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
920	08/02/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
921	23/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
922	26/06/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
923	17/12/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
924	13/04/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
925	04/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
926	08/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
927	14/02/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
928	14/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
929	14/11/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
930	04/01/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
931	06/06/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
932	28/02/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
933	17/06/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
934	31/10/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
935	30/05/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
936	06/12/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
937	02/09/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
938	27/12/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

939	12/11/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
940	11/05/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
941	03/09/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
942	30/05/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
943	06/05/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
944	07/04/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
945	11/02/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
946	07/01/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
947	20/08/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
948	01/07/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
949	25/02/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
950	25/05/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
951	02/08/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
952	07/01/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
953	05/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
954	19/04/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
955	15/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
956	22/01/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
957	07/10/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
958	27/12/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
959	04/06/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
960	08/04/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
961	30/11/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
962	24/09/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
963	04/03/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
964	25/11/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
965	05/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
966	01/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
967	08/01/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
968	09/06/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
969	04/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
970	18/03/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
971	16/09/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
972	25/06/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
973	05/10/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
974	08/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
975	19/07/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
976	16/08/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
977	08/07/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
978	03/04/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
979	31/05/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
980	28/11/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
981	14/04/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
982	14/06/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
983	15/07/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
984	11/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
985	05/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
986	13/12/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
987	10/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
988	21/10/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
989	07/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
990	30/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
991	18/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
992	23/04/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
993	04/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
994	16/08/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
995	26/08/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
996	18/07/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
997	24/05/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
998	15/11/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
999	25/12/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1000	30/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1001	28/03/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1002	19/02/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1003	18/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1004	06/06/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1005	21/05/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1006	12/01/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1007	24/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1008	15/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1009	23/11/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1010	09/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1011	10/10/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1012	16/09/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1013	29/12/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1014	13/05/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1015	23/06/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1016	26/12/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1017	19/12/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1018	15/06/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1019	31/10/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1020	20/02/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1021	09/07/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1022	26/12/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1023	27/05/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1024	24/12/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1025	25/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1026	17/03/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1027	16/12/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1028	31/03/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1029	11/01/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1030	20/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1031	31/03/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1032	03/01/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1033	28/10/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1034	02/07/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1035	19/07/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1036	15/08/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1037	24/12/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1038	19/07/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1039	09/08/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1040	11/05/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1041	15/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1042	23/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1043	11/12/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1044	14/06/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1045	07/06/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1046	03/09/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1047	30/10/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1048	17/09/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1049	19/02/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1050	12/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1051	24/07/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1052	26/05/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1053	17/04/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1054	29/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1055	04/10/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1056	11/11/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1057	18/03/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1058	04/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1059	27/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1060	16/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1061	29/09/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1062	21/05/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1063	04/05/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1064	27/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1065	07/02/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1066	17/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1067	26/02/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1068	23/08/1961	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1069	19/09/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1070	27/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1071	29/03/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1072	08/05/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1073	03/07/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1074	18/03/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1075	27/01/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1076	24/05/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1077	13/01/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1078	02/12/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1079	05/08/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1080	26/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1081	01/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1082	07/01/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1083	05/11/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1084	10/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1085	08/12/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1086	08/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1087	16/06/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1088	04/08/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1089	26/09/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1090	24/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1091	30/06/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1092	29/01/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1093	20/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1094	14/08/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1095	25/02/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1096	09/03/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1097	10/07/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1098	27/02/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1099	19/06/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1100	04/04/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1101	03/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1102	17/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1103	06/02/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1104	07/04/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1105	11/06/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1106	30/03/1984	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1107	07/02/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1108	02/02/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1109	04/07/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1110	01/11/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1111	04/04/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1112	12/01/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1113	03/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1114	15/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1115	10/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1116	08/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1117	04/02/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1118	12/10/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1119	09/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1120	15/12/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1121	22/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1122	05/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1123	03/04/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1124	03/12/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1125	24/07/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1126	02/06/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1127	01/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1128	07/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1129	12/10/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1130	26/06/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1131	28/06/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1132	13/08/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1133	08/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1134	01/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1135	15/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1136	30/11/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1137	21/06/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1138	08/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1139	04/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1140	24/08/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1141	01/09/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1142	01/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1143	15/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1144	17/11/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1145	05/01/1954	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1146	07/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1147	02/06/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1148	15/09/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1149	27/09/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1150	10/05/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1151	07/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1152	06/03/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1153	21/11/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1154	30/11/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1155	16/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1156	14/03/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1157	20/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1158	07/11/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1159	30/12/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1160	04/06/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1161	06/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1162	21/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1163	03/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1164	29/12/1954	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1165	31/10/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1166	16/05/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1167	09/08/1961	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1168	24/02/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1169	05/10/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1170	23/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1171	29/06/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1172	04/07/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1173	22/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1174	18/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1175	16/05/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1176	08/02/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1177	01/10/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1178	06/06/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1179	07/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1180	05/09/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1181	29/08/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1182	24/05/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1183	18/12/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1184	26/10/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1185	08/03/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1186	17/09/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1187	18/01/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1188	25/04/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1189	03/01/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1190	07/03/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1191	06/06/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1192	07/08/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1193	07/05/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1194	12/11/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1195	25/12/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1196	27/10/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1197	11/01/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1198	11/12/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1199	03/10/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1200	01/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1201	25/08/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1202	09/05/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1203	29/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1204	13/05/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1205	05/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1206	13/07/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1207	16/04/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1208	05/11/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1209	12/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1210	05/07/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1211	19/11/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1212	20/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1213	29/08/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1214	05/03/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1215	20/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1216	02/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1217	02/06/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1218	07/02/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1219	13/07/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1220	28/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1221	03/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1222	30/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1223	30/04/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1224	08/11/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1225	07/12/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1226	19/09/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1227	20/01/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1228	14/08/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1229	29/12/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1230	17/04/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1231	21/10/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1232	08/01/1966	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1233	28/07/1975	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1234	23/07/1992	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1235	16/11/1966	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1236	02/02/1967	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1237	24/02/1988	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1238	22/02/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1239	23/08/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1240	11/04/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1241	19/04/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1242	27/08/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1243	22/07/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1244	22/04/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1245	20/05/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1246	24/05/1974	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1247	13/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1248	03/01/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1249	16/12/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1250	03/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1251	13/11/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1252	08/11/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1253	22/08/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1254	21/05/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1255	20/07/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1256	15/06/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1257	24/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1258	19/11/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1259	20/12/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1260	14/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1261	03/05/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1262	13/11/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1263	24/03/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1264	19/05/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1265	15/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1266	02/10/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1267	14/04/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1268	26/09/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1269	12/09/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1270	19/10/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1271	08/01/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1272	17/05/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1273	27/06/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1274	17/08/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1275	21/05/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1276	15/03/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1277	17/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1278	06/04/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1279	08/05/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1280	30/08/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1281	10/05/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1282	18/06/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1283	04/05/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1284	11/10/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1285	28/02/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1286	06/06/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1287	06/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1288	04/07/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1289	10/12/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1290	05/06/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1291	27/01/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1292	23/05/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1293	14/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1294	08/10/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1295	20/05/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1296	07/04/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1297	29/04/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1298	25/06/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1299	05/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1300	17/04/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1301	26/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1302	09/08/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1303	09/05/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1304	15/12/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1305	10/01/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1306	28/11/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1307	07/12/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1308	16/06/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1309	04/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1310	01/09/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1311	28/05/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1312	19/12/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1313	15/04/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1314	25/06/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1315	26/11/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1316	10/04/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1317	20/04/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1318	02/04/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1319	02/10/1971	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1320	16/10/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1321	21/06/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1322	19/04/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1323	06/11/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1324	21/12/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1325	29/06/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1326	05/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1327	15/08/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1328	08/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1329	28/05/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1330	30/05/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1331	22/05/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1332	27/11/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1333	10/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1334	21/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1335	28/11/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1336	18/06/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1337	12/12/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1338	14/06/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1339	11/11/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1340	29/11/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1341	25/07/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1342	29/04/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1343	07/04/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1344	26/08/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1345	22/09/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1346	10/01/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1347	15/11/1992	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1348	19/01/1983	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1349	04/12/1987	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1350	19/12/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1351	02/12/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1352	27/08/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1353	31/08/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1354	14/10/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1355	02/06/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1356	23/03/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1357	23/07/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1358	21/11/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1359	25/07/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1360	04/02/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1361	22/04/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1362	11/06/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1363	22/11/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1364	18/04/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1365	05/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1366	16/02/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1367	18/03/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1368	08/03/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1369	19/08/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1370	22/05/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1371	26/01/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1372	07/03/1997	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1373	15/04/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1374	20/08/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1375	21/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1376	19/04/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1377	05/12/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1378	10/11/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1379	17/08/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1380	14/09/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1381	26/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1382	19/01/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1383	07/07/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1384	23/08/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1385	20/11/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1386	15/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1387	16/06/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1388	16/08/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1389	26/01/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1390	17/12/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1391	08/02/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1392	23/10/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1393	07/08/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1394	17/02/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1395	15/06/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1396	11/10/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1397	25/07/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1398	02/09/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1399	30/12/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1400	09/02/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1401	31/07/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1402	07/03/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1403	26/08/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1404	26/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1405	03/09/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1406	13/12/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1407	10/06/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1408	20/01/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1409	23/12/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1410	05/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1411	25/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1412	03/08/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1413	24/05/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1414	12/05/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1415	30/03/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1416	08/05/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1417	19/03/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1418	17/02/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1419	16/05/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1420	07/01/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1421	18/07/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1422	07/03/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1423	11/07/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1424	26/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1425	09/10/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1426	14/03/1995	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1427	10/11/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1428	02/11/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1429	11/02/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1430	25/04/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1431	07/12/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1432	06/09/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1433	04/11/1972	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1434	07/03/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1435	12/11/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1436	12/12/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1437	26/06/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1438	29/03/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1439	22/06/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1440	21/01/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1441	01/08/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1442	30/07/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1443	17/11/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1444	14/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1445	12/01/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1446	02/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1447	28/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1448	20/03/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1449	16/08/1984	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1450	09/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1451	13/04/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1452	22/07/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1453	19/04/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1454	23/12/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1455	01/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1456	15/09/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1457	01/12/1981	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1458	11/05/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1459	02/11/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1460	05/09/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1461	30/07/1996	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1462	27/11/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1463	19/05/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1464	25/02/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1465	20/10/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1466	11/10/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1467	09/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1468	20/05/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1469	08/07/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1470	01/12/1965	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1471	21/04/1981	MASCULINO	DIRETORES	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1472	06/03/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1473	18/08/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1474	13/05/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1475	02/12/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1476	05/10/1981	MASCULINO	DIRETORES	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1477	05/12/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1478	05/01/1981	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1479	14/08/1962	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1480	03/01/1977	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1481	30/09/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1482	03/03/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1483	24/05/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1484	21/12/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1485	24/02/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1486	28/03/1969	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1487	08/09/1983	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1488	19/01/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1489	15/03/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1490	20/06/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1491	04/05/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1492	28/09/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1493	21/04/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1494	11/03/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1495	06/04/1968	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1496	21/04/1977	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1497	16/06/1983	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1498	10/02/1981	FEMININO	REQUISITADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1499	01/11/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1500	09/05/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1501	31/05/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1502	01/03/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1503	16/11/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1504	13/11/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1505	12/10/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1506	20/07/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1507	07/09/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1508	01/07/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1509	30/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1510	31/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1511	21/12/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1512	24/09/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1513	19/11/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1514	20/04/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1515	14/09/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1516	05/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1517	02/01/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1518	17/01/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1519	04/01/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1520	08/06/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1521	22/10/1959	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1522	30/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1523	14/11/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1524	29/07/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1525	20/11/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1526	18/06/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1527	30/07/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1528	06/09/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1529	20/09/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1530	23/06/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1531	07/09/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1532	16/11/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1533	09/11/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1534	10/11/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1535	25/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1536	23/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1537	21/12/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1538	25/02/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1539	29/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1540	08/05/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1541	11/08/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1542	07/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1543	26/06/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1544	13/06/1967	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1545	13/02/1980	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1546	05/05/1986	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1547	20/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1548	12/02/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1549	12/07/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1550	13/10/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1551	13/03/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1552	28/04/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1553	09/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1554	18/12/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1555	28/01/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1556	24/06/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1557	13/10/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1558	24/03/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1559	19/09/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1560	12/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1561	29/10/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1562	10/05/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1563	12/12/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1564	21/10/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1565	27/08/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1566	23/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1567	14/07/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1568	12/01/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1569	10/05/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1570	07/07/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1571	22/07/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1572	04/03/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1573	12/05/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1574	26/01/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1575	27/12/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1576	01/12/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1577	18/11/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1578	29/01/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1579	07/11/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1580	24/02/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1581	09/05/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1582	23/07/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1583	09/09/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1584	10/09/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1585	04/02/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1586	30/11/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1587	15/04/1995	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1588	16/11/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1589	11/03/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1590	03/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1591	31/12/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1592	10/04/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1593	30/04/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1594	09/09/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1595	14/03/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1596	05/12/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV**RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL**

1597	28/03/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1598	01/01/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1599	08/06/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1600	14/06/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1601	14/07/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1602	10/06/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1603	01/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1604	27/06/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1605	29/03/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1606	04/06/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1607	24/08/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1608	30/12/1984	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1609	18/04/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1610	01/09/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1611	30/07/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1612	19/11/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1613	19/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1614	20/10/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1615	01/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1616	16/01/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1617	15/10/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1618	22/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1619	14/05/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1620	25/08/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1621	24/01/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1622	13/04/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1623	26/10/1979	MASCULINO	DIRETORES	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1624	17/05/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1625	22/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1626	03/01/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1627	22/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1628	03/08/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1629	29/12/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1630	04/12/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1631	17/10/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1632	10/01/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1633	12/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1634	02/04/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1635	20/03/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1636	27/08/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1637	22/05/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1638	25/11/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1639	19/02/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1640	21/01/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1641	12/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1642	03/11/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1643	14/11/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1644	24/02/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1645	01/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1646	22/05/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1647	10/09/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1648	07/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1649	17/04/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1650	13/12/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1651	12/12/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1652	29/03/1990	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1653	29/01/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1654	09/09/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1655	09/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1656	28/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1657	24/05/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1658	17/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1659	25/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1660	14/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1661	20/03/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1662	13/08/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1663	06/09/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1664	18/03/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1665	26/11/1979	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1666	05/06/1982	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1667	22/02/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1668	04/10/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1669	14/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1670	18/07/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1671	21/03/1988	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1672	23/03/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1673	15/08/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1674	26/05/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1675	05/02/1968	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1676	21/11/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1677	09/04/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1678	07/09/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1679	18/02/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1680	12/08/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1681	03/02/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1682	07/03/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1683	16/12/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1684	08/03/1991	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1685	06/04/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1686	16/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1687	03/01/1976	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1688	06/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1689	07/03/1988	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1690	21/03/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1691	04/09/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1692	13/08/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1693	05/06/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1694	04/10/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1695	05/12/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1696	06/07/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1697	11/10/1979	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1698	05/06/1981	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1699	03/12/1988	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1700	15/01/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1701	11/08/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1702	24/07/1998	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1703	31/01/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1704	14/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1705	02/02/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1706	02/10/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1707	02/07/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1708	14/03/1986	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1709	30/09/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1710	12/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1711	05/09/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1712	07/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1713	27/02/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1714	19/02/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1715	19/01/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1716	23/06/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1717	27/02/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1718	10/04/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1719	18/03/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1720	11/02/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1721	23/03/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1722	13/05/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1723	08/05/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1724	25/07/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1725	20/07/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1726	10/01/2000	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1727	12/09/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1728	27/04/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1729	21/07/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1730	08/06/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1731	20/06/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1732	05/09/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1733	24/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1734	05/04/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1735	09/05/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1736	26/04/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1737	06/05/2000	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1738	07/02/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1739	19/08/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1740	06/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1741	21/09/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1742	09/04/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1743	16/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1744	06/09/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1745	25/06/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1746	27/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1747	01/12/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1748	31/05/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1749	31/12/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1750	20/06/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1751	26/10/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1752	06/01/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1753	08/09/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1754	25/11/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1755	27/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1756	22/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1757	06/07/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1758	29/06/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1759	25/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1760	03/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1761	17/02/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1762	18/08/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1763	24/07/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1764	16/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1765	07/01/1999	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1766	25/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1767	08/12/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1768	22/12/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1769	25/10/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1770	31/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1771	20/01/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1772	04/06/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1773	21/11/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1774	31/07/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1775	07/08/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1776	26/10/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1777	02/09/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1778	05/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1779	09/08/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1780	22/07/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1781	15/01/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1782	26/07/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1783	25/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1784	03/10/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1785	10/05/1998	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1786	07/02/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1787	09/04/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1788	18/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1789	19/12/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1790	15/04/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1791	19/07/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1792	26/03/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1793	18/03/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1794	12/04/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1795	20/04/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1796	20/09/2000	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1797	02/10/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1798	06/02/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1799	25/02/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1800	25/02/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1801	06/02/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1802	31/08/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1803	11/09/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1804	05/08/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1805	01/10/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1806	28/12/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1807	27/04/2000	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1808	18/02/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1809	05/12/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1810	01/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1811	24/03/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1812	02/05/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1813	27/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1814	19/12/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1815	22/02/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1816	24/01/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1817	10/03/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1818	18/04/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1819	02/11/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1820	27/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1821	08/11/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1822	07/05/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1823	07/11/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1824	28/03/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1825	09/10/1994	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1826	31/03/1982	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1827	17/05/1984	MASCULINO	DIRETORES	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1828	06/07/1982	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1829	07/07/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1830	29/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1831	16/12/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1832	26/03/2001	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1833	18/07/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1834	18/03/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1835	06/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1836	22/06/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1837	25/01/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1838	23/07/1999	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1839	24/02/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1840	14/03/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1841	06/11/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1842	05/05/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1843	10/09/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1844	04/09/2000	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1845	30/10/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1846	12/12/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1847	27/06/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1848	04/11/1960	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1849	03/03/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1850	07/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1851	04/02/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1852	06/09/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1853	03/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1854	05/11/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1855	30/05/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1856	19/04/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1857	11/09/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1858	28/03/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1859	30/06/1985	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1860	12/06/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1861	15/08/1968	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1862	11/11/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1863	03/10/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1864	06/06/1988	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1865	09/02/1994	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1866	07/05/1985	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1867	19/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1868	29/07/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1869	10/11/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1870	05/01/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1871	10/12/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1872	20/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1873	08/12/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1874	27/03/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1875	22/10/1972	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1876	26/04/1982	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1877	13/08/1986	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1878	28/10/1999	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1879	14/11/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1880	22/02/1999	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1881	25/10/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1882	22/12/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1883	12/07/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1884	11/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1885	20/09/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1886	14/11/1997	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1887	01/07/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1888	22/05/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1889	05/10/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1890	31/01/1982	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1891	15/10/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1892	11/03/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1893	01/04/2001	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1894	28/05/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1895	24/04/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1896	23/03/2001	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1897	02/05/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1898	18/11/1981	FEMININO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1899	28/04/1999	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1900	25/08/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1901	26/04/1990	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1902	04/06/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1903	12/10/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1904	03/12/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1905	12/10/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1906	05/12/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1907	13/06/1996	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1908	04/07/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1909	26/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1910	21/06/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1911	21/06/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1912	28/05/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1913	06/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1914	17/12/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1915	27/12/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1916	22/08/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1917	29/03/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1918	03/05/2001	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1919	25/01/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1920	20/05/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1921	26/10/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1922	28/04/1981	MASCULINO	COMISSIONADOS	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1923	11/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1924	30/10/2000	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1925	28/04/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1926	24/05/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1927	28/03/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1928	07/09/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1929	05/07/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1930	27/09/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1931	05/04/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1932	03/06/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1933	24/04/1991	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1934	15/12/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1935	21/10/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1936			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1937			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1938			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1939			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1940			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1941			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1942			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1943			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1944			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1945			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1946			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1947			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1948			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1949			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1950			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1951			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1952			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1953			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1954			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1955			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1956			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1957			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1958			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1959			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1960			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1961			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1962			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1963			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1964			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1965			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1966			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1967			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1968			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1969			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1970			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1971			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1972			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1973			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1974			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1975			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1976			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1977			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1978			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1979			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1980			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1981			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1982			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1983			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1984			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1985			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1986			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1987			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1988			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1989			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1990			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1991			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1992			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1993			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1994			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1995			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1996			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
1997			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

1998			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
1999			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2000			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2001			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2002			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2003			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2004			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2005			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2006			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2007			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2008			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2009			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2010			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2011			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2012			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2013			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2014			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2015			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2016			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2017			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2018			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2019			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2020			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2021			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2022			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2023			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2024			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2025			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2026			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2027			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2028			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2029			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2030			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2031			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2032			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2033			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2034			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2035			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2036			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2037			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2038			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2039			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2040			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2041			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2042			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2043			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2044			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2045			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2046			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2047			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2048			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2049			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2050			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2051			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2052			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2053			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2054			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2055			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2056			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2057			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2058			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2059			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2060			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2061			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2062			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2063			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2064			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2065			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2066			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2067			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2068			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20
2069			QUADRO EFETIVO	M01	R\$	3.941,96	R\$	275.937,20

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - QUADRO GERAL

2070			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2071			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2072			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2073			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2074			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2075			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2076			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2077			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2078			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2079			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2080			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2081			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2082			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2083			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2084			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2085			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2086			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2087			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2088			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2089			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2090			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2091			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2092			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2093			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2094			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2095			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2096			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2097			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2098			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2099			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2100			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2101			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2102			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2103			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2104			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2105			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2106			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2107			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2108			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2109			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2110			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2111			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20
2112			QUADRO EFETIVO	M01	R\$ 3.941,96	R\$ 275.937,20

QUADRO GERAL	
QUADRO TOTAL (EFETIVO + COMISSIONADO +	2107
DIRETORES	5
TOTAL	2112

QUADRO ATUAL	
QUADRO EFETIVO	1867
COMISSIONADO	62
REQUISITADO	1
DIRETORES	5
TOTAL	1935

NÍVEL	
B01	195
M01	1917
TOTAL	2112

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

QUANTITATIVO	DT_NASCIMENTO	SEXO	TIPO DE SEGURADO	NÍVEL	SAL_BASE_CAL	CAPITAL SEGURADO
1	01/02/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
2	23/03/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
3	17/06/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
4	08/09/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
5	04/05/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
6	12/02/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
7	03/04/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
8	06/06/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
9	21/06/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
10	09/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
11	22/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
12	26/08/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
13	02/06/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
14	28/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
15	09/07/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
16	14/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
17	10/05/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
18	19/04/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
19	09/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
20	02/09/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
21	15/09/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
22	12/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
23	23/10/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
24	02/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
25	05/11/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
26	09/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
27	16/11/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
28	22/11/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
29	12/07/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
30	17/12/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
31	15/10/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
32	14/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
33	14/07/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
34	06/04/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
35	17/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
36	16/12/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
37	28/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
38	14/12/1948	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
39	21/02/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
40	10/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
41	04/03/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
42	06/10/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
43	01/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
44	11/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
45	15/12/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
46	19/09/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
47	06/06/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
48	12/05/1987	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
49	09/07/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
50	09/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
51	01/09/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
52	04/06/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
53	15/08/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
54	07/04/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
55	04/09/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

56	12/06/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
57	13/06/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
58	06/11/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
59	11/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
60	22/10/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
61	22/12/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
62	26/06/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
63	19/03/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
64	19/07/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
65	16/03/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
66	18/09/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
67	30/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
68	08/05/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
69	21/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
70	10/08/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
71	07/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
72	27/02/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
73	20/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
74	15/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
75	08/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
76	03/06/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
77	04/08/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
78	11/06/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
79	07/02/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
80	07/07/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
81	12/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
82	23/05/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
83	09/08/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
84	14/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
85	04/06/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
86	30/04/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
87	10/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
88	29/04/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
89	08/12/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
90	10/08/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
91	09/02/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
92	05/04/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
93	18/12/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
94	22/11/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
95	29/04/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
96	27/04/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
97	25/02/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
98	06/02/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
99	07/09/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
100	01/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
101	29/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
102	30/12/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
103	22/08/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
104	28/03/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
105	20/04/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
106	09/04/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
107	16/09/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
108	03/03/1993	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
109	19/06/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
110	08/01/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
111	31/01/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

112	30/11/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
113	19/09/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
114	19/12/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
115	28/05/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
116	04/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
117	01/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
118	22/04/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
119	12/09/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
120	17/08/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
121	14/02/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
122	22/10/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
123	17/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
124	16/07/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
125	11/12/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
126	05/03/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
127	25/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
128	13/10/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
129	25/07/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
130	24/07/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
131	15/08/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
132	18/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
133	01/12/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
134	25/10/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
135	03/05/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
136	09/11/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
137	20/02/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
138	14/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
139	10/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
140	08/11/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
141	02/02/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
142	24/05/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
143	05/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
144	14/08/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
145	01/12/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
146	23/03/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
147	08/12/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
148	10/03/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
149	16/10/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
150	22/08/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
151	28/11/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
152	23/03/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
153	26/08/1991	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
154	06/09/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
155	23/02/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
156	08/11/1945	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
157	24/08/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
158	20/01/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
159	25/01/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
160	03/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
161	28/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
162	14/01/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
163	16/10/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
164	13/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
165	29/05/1966	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
166	04/11/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
167	28/09/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

168	04/11/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
169	13/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
170	11/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
171	16/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
172	06/04/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
173	25/01/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
174	29/10/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
175	25/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
176	08/11/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
177	14/12/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
178	23/03/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
179	15/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
180	05/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
181	02/08/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
182	28/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
183	29/11/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
184	31/08/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
185	25/04/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
186	23/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
187	25/08/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
188	31/07/1998	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
189	23/09/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
190	16/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
191	28/01/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
192	11/05/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
193	22/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
194	17/07/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
195	21/08/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
196	22/07/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
197	14/02/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
198	08/03/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
199	16/11/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
200	04/08/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
201	04/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
202	01/07/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
203	14/10/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
204	14/07/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
205	05/09/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
206	20/11/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
207	22/01/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
208	11/02/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
209	23/03/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
210	29/12/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
211	06/04/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
212	30/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
213	03/07/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
214	24/03/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
215	15/06/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
216	16/08/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
217	17/02/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
218	23/03/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
219	10/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
220	30/05/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
221	30/10/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
222	29/01/1968	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
223	21/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

224	06/08/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
225	11/01/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
226	27/12/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
227	12/05/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
228	20/04/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
229	16/01/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
230	10/05/1945	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
231	01/04/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
232	19/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
233	26/08/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
234	16/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
235	23/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
236	10/06/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
237	01/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
238	28/06/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
239	09/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
240	26/04/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
241	09/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
242	31/12/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
243	18/07/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
244	23/04/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
245	27/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
246	06/11/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
247	04/12/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
248	23/09/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
249	08/09/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
250	06/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
251	23/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
252	02/11/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
253	23/12/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
254	04/01/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
255	03/07/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
256	23/06/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
257	26/01/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
258	30/04/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
259	30/11/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
260	04/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
261	17/05/1995	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
262	02/04/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
263	12/08/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
264	04/01/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
265	23/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
266	13/08/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
267	21/06/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
268	12/11/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
269	01/09/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
270	06/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
271	29/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
272	05/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
273	09/02/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
274	08/06/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
275	28/11/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
276	16/09/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
277	09/12/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
278	24/04/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
279	08/10/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

280	25/06/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
281	24/02/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
282	13/12/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
283	24/02/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
284	02/03/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
285	18/02/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
286	09/08/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
287	05/11/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
288	02/07/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
289	20/11/1989	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
290	15/12/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
291	25/04/1994	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
292	30/01/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
293	10/06/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
294	15/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
295	15/04/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
296	17/07/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
297	24/12/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
298	09/05/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
299	17/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
300	31/05/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
301	29/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
302	23/10/1954	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
303	11/11/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
304	12/10/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
305	12/01/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
306	01/09/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
307	27/11/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
308	12/05/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
309	11/07/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
310	14/08/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
311	20/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
312	23/01/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
313	26/12/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
314	25/02/1943	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
315	08/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
316	26/04/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
317	27/07/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
318	30/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
319	28/10/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
320	18/03/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
321	16/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
322	05/07/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
323	25/05/1968	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
324	17/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
325	28/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
326	24/09/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
327	05/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
328	24/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
329	14/08/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
330	07/06/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
331	13/10/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
332	02/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
333	26/03/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
334	25/02/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
335	02/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

336	20/10/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
337	30/05/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
338	12/07/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
339	27/05/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
340	12/03/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
341	15/12/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
342	27/11/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
343	08/01/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
344	08/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
345	15/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
346	16/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
347	10/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
348	03/09/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
349	12/01/1988	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
350	07/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
351	15/07/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
352	15/09/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
353	21/03/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
354	22/02/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
355	14/06/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
356	07/03/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
357	29/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
358	20/04/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
359	06/06/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
360	02/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
361	14/01/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
362	09/12/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
363	06/11/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
364	03/01/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
365	21/04/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
366	28/10/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
367	19/06/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
368	08/07/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
369	08/03/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
370	05/05/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
371	18/10/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
372	04/01/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
373	15/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
374	30/09/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
375	01/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
376	05/08/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
377	16/09/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
378	20/04/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
379	11/10/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
380	07/06/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
381	08/07/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
382	13/04/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
383	26/05/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
384	26/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
385	31/10/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
386	18/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
387	24/11/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
388	28/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
389	06/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
390	17/12/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
391	06/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

392	22/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
393	22/12/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
394	11/08/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
395	19/05/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
396	02/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
397	21/09/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
398	21/07/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
399	04/06/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
400	23/10/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
401	09/07/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
402	05/03/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
403	30/05/1986	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
404	12/07/1997	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
405	01/08/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
406	05/11/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
407	06/10/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
408	07/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
409	11/11/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
410	20/03/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
411	29/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
412	28/03/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
413	06/01/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
414	08/10/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
415	17/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
416	30/01/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
417	06/05/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
418	17/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
419	05/06/1941	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
420	22/07/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
421	25/08/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
422	21/03/1951	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
423	09/01/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
424	09/04/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
425	28/09/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
426	08/09/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
427	15/12/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
428	08/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
429	28/02/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
430	20/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
431	09/12/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
432	06/12/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
433	29/01/1947	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
434	24/02/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
435	20/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
436	24/07/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
437	18/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
438	26/04/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
439	12/11/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
440	03/01/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
441	29/12/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
442	25/07/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
443	12/04/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
444	02/02/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
445	06/01/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
446	03/11/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
447	17/11/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

448	24/10/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
449	27/04/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
450	22/12/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
451	02/07/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
452	24/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
453	30/09/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
454	25/11/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
455	31/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
456	29/04/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
457	18/06/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
458	22/08/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
459	04/04/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
460	13/07/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
461	03/02/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
462	15/04/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
463	29/12/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
464	05/09/1959	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
465	11/05/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
466	14/03/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
467	21/04/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
468	22/05/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
469	18/03/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
470	05/02/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
471	23/08/1961	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
472	05/01/1954	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
473	28/04/1992	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
474	08/09/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
475	19/06/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
476	05/01/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
477	13/03/1960	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
478	11/07/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
479	10/01/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
480	25/04/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
481	29/04/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
482	15/06/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
483	15/04/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
484	02/09/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
485	16/02/1955	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
486	22/07/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
487	03/09/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
488	05/01/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
489	16/12/1978	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
490	01/10/1953	FEMININO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
491	27/11/1966	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
492	23/09/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
493	06/03/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
494	05/11/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
495	17/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
496	04/12/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
497	06/05/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
498	20/06/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
499	14/09/1975	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
500	11/12/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
501	12/12/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
502	21/05/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
503	16/06/1996	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

504	13/03/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
505	24/05/1995	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
506	12/07/1961	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
507	23/11/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
508	29/09/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
509	08/11/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
510	17/09/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
511	26/12/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
512	16/12/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
513	01/03/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
514	29/08/1962	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
515	17/09/1982	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
516	08/06/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
517	24/10/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
518	14/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
519	20/09/1965	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
520	29/11/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
521	10/05/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
522	08/10/1949	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
523	14/11/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
524	23/06/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
525	12/05/1952	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
526	21/12/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
527	30/01/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
528	13/10/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
529	02/02/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
530	20/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
531	14/05/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
532	01/01/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
533	09/10/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
534	16/07/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
535	06/06/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
536	21/03/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
537	07/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
538	01/02/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
539	09/09/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
540	05/06/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
541	19/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
542	27/03/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
543	23/11/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
544	03/06/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
545	05/03/1982	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
546	13/02/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
547	10/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
548	11/10/1987	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
549	15/05/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
550	23/07/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
551	18/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
552	07/06/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
553	27/09/1977	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
554	20/04/1963	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
555	15/05/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
556	01/11/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
557	14/08/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
558	27/03/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
559	11/02/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

560	05/06/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
561	04/10/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
562	10/05/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
563	07/05/1946	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
564	26/05/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
565	29/07/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
566	23/08/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
567	30/11/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
568	10/03/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
569	14/09/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
570	20/03/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
571	13/08/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
572	21/10/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
573	30/08/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
574	13/10/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
575	29/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
576	15/08/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
577	14/08/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
578	29/01/1984	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
579	05/02/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
580	15/03/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
581	21/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
582	07/07/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
583	05/03/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
584	19/09/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
585	03/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
586	05/09/1993	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
587	04/07/1977	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
588	29/07/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
589	17/08/1967	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
590	20/02/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
591	02/09/1967	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
592	21/03/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
593	18/03/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
594	12/09/1955	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
595	13/04/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
596	20/02/1986	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
597	31/03/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
598	01/03/1969	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
599	27/11/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
600	24/11/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
601	31/03/1980	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
602	19/10/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
603	11/08/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
604	18/04/1961	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
605	30/09/1973	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
606	12/01/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
607	26/06/1972	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
608	02/01/1970	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
609	16/01/1971	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
610	08/06/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
611	03/09/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
612	18/01/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
613	11/01/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
614	27/12/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
615	01/04/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40

Área de Administração e Tecnologia

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

616	17/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
617	23/10/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
618	31/05/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
619	16/09/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
620	11/03/1992	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
621	20/01/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
622	23/11/1951	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
623	27/06/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
624	23/02/1965	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
625	29/07/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
626	10/12/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
627	17/07/1969	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
628	23/08/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
629	29/07/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
630	18/05/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
631	17/05/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
632	23/11/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
633	01/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
634	05/06/1990	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
635	10/05/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
636	28/03/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
637	21/03/1985	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
638	29/07/1972	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
639	05/09/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
640	12/04/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
641	16/11/1979	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
642	18/03/1988	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
643	28/02/1985	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
644	27/01/1966	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
645	02/02/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
646	08/01/1950	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
647	15/10/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
648	10/10/1964	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
649	09/01/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
650	15/10/1957	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
651	13/01/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
652	15/11/1962	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
653	29/04/1976	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
654	15/12/1979	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
655	05/06/1959	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
656	18/04/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
657	02/03/1971	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
658	08/08/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
659	24/03/1957	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
660	07/05/1964	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
661	12/12/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
662	05/12/1981	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
663	10/06/1975	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
664	20/11/1980	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
665	27/03/1958	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
666	17/08/1974	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
667	02/09/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
668	23/02/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
669	21/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
670	30/04/1983	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
671	09/04/1973	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

ANEXO V

RELAÇÃO DE EMPREGADOS, REQUISITADOS, COMISSIONADOS E DIRIGENTES DA CODEVASF - APÓLICE ATUAL

672	23/08/1989	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
673	16/04/1963	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
674	22/07/1983	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
675	21/10/1960	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
676	11/02/1974	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
677	08/09/1954	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
678	08/08/1970	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
679	10/01/1956	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
680	27/09/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
681	17/08/1948	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
682	30/04/1984	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
683	22/05/1953	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
684	01/12/1958	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
685	11/03/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
686	10/04/1978	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
687	17/09/1981	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
688	31/05/1956	FEMININO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20
689	01/05/1952	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	B01	1.821,02	127.471,40
690	15/04/1976	MASCULINO	QUADRO EFETIVO	M01	3.941,96	275.937,20

QUADRO ATUAL	
QUADRO ATUAL (EFETIVO +	688
DIRETORES	2
TOTAL	690

NÍVEL	
B01	96
M01	594
TOTAL	690



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia
ANEXO VI
RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

QUANTITATIVO	DT_NASCIMENTO	SEXO	TIPO DE SEGURADO	NÍVEL	SAL_BASE_CALCULO	CAPITAL SEGURADO
1	06/05/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
2	29/09/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
3	02/08/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
4	21/01/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
5	17/03/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
6	08/01/1943	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
7	22/08/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
8	20/03/1960	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
9	16/06/1947	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
10	21/02/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
11	12/10/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
12	13/12/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
13	21/11/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
14	08/10/1949	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
15	22/10/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
16	13/10/1949	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
17	01/03/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
18	20/02/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
19	03/04/1947	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
20	27/03/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
21	07/03/1959	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
22	03/01/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
23	28/03/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
24	21/02/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
25	09/11/1958	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
26	17/03/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
27	22/12/1952	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
28	11/09/1947	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
29	11/11/1946	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
30	09/04/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
31	31/07/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
32	23/04/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
33	04/08/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
34	17/07/1939	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
35	27/07/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
36	16/01/1944	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
37	01/08/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
38	10/11/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
39	28/10/1964	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
40	28/05/1935	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
41	06/02/1958	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
42	31/01/1945	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
43	20/05/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
44	29/12/1957	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
45	19/01/1962	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
46	19/11/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
47	14/11/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
48	02/04/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
49	20/10/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
50	25/10/1943	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
51	09/07/1935	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
52	23/06/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
53	04/09/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
54	27/03/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
55	23/10/1938	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
56	25/12/1934	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
57	11/07/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
58	07/02/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
59	20/11/1927	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
60	25/08/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
61	06/07/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VI

RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

62	04/12/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
63	15/03/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
64	05/09/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
65	13/12/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
66	25/03/1941	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
67	23/07/1942	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
68	30/05/1942	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
69	11/05/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
70	29/05/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
71	02/03/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
72	16/11/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
73	20/07/1957	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
74	16/03/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
75	25/04/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
76	06/10/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
77	11/09/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
78	26/06/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
79	24/08/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
80	08/06/1938	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
81	07/11/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
82	29/10/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
83	12/12/1939	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
84	17/02/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
85	05/03/1957	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
86	28/05/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
87	01/09/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
88	25/01/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
89	28/07/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
90	09/11/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
91	19/03/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
92	21/10/1947	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
93	02/10/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
94	16/04/1937	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
95	07/05/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
96	17/03/1946	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
97	15/08/1949	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
98	20/03/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
99	03/02/1951	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
100	17/11/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
101	29/07/1959	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
102	01/06/1960	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
103	10/09/1958	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
104	21/07/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
105	16/06/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
106	18/12/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
107	13/11/1959	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
108	16/10/1939	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
109	19/12/1946	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
110	28/07/1940	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
111	20/11/1954	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
112	27/09/1961	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
113	16/03/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
114	18/08/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
115	07/09/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
116	16/04/1936	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
117	24/10/1948	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
118	28/03/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
119	28/04/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
120	03/06/1934	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
121	02/12/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
122	22/07/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
123	10/02/1940	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
124	28/01/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia
ANEXO VI
RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

125	24/10/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
126	18/11/1952	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
127	06/02/1932	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
128	10/04/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
129	02/07/1952	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
130	08/05/1938	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
131	30/09/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
132	09/10/1937	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
133	26/06/1943	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
134	15/01/1957	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
135	21/03/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
136	17/12/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
137	11/04/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
138	02/09/1950	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
139	05/03/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
140	18/11/1952	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
141	25/05/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
142	02/08/1944	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
143	28/08/1944	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
144	11/12/1960	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
145	18/12/1946	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
146	08/04/1942	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
147	16/06/1944	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
148	23/07/1947	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
149	30/03/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
150	05/07/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
151	19/09/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
152	14/09/1947	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
153	10/08/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
154	26/01/1937	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
155	07/01/1956	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
156	01/11/1935	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
157	01/12/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
158	08/06/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
159	26/02/1954	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
160	16/05/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
161	04/05/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
162	11/07/1960	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
163	31/10/1944	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
164	06/05/1965	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
165	05/05/1965	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
166	07/02/1941	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
167	15/08/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
168	24/02/1957	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
169	13/08/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
170	16/12/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
171	04/08/1966	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
172	11/12/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
173	24/08/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
174	20/04/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
175	02/04/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
176	18/08/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
177	23/05/1946	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
178	27/11/1939	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
179	05/03/1937	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
180	20/03/1941	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
181	17/06/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
182	19/01/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
183	05/03/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
184	01/05/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
185	09/02/1942	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
186	20/03/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
187	18/12/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VI

RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

188	24/03/1960	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
189	02/01/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
190	05/06/1947	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
191	05/05/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
192	06/03/1939	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
193	27/11/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
194	06/01/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
195	09/12/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
196	03/09/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
197	05/03/1960	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
198	07/10/1944	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
199	10/05/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
200	02/07/1938	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
201	30/08/1945	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
202	29/06/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
203	20/07/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
204	01/12/1949	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
205	06/08/1941	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
206	31/03/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
207	24/02/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
208	22/09/1949	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
209	08/06/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
210	30/07/1954	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
211	27/09/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
212	07/08/1961	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
213	22/07/1949	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
214	29/03/1945	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
215	05/01/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
216	14/03/1939	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
217	24/09/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
218	12/10/1949	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
219	02/10/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
220	03/09/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
221	22/03/1959	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
222	01/09/1939	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
223	22/05/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
224	15/04/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
225	05/05/1947	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
226	11/11/1946	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
227	25/09/1954	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
228	05/11/1945	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
229	03/09/1940	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
230	12/11/1943	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
231	28/05/1948	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
232	06/11/1957	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
233	19/09/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
234	08/12/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
235	15/11/1945	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
236	16/04/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
237	17/06/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
238	18/01/1951	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
239	01/02/1941	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
240	19/06/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
241	23/11/1942	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
242	10/12/1950	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
243	29/04/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
244	09/02/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
245	23/09/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
246	27/08/1960	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
247	01/06/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
248	25/06/1957	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
249	09/04/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
250	30/06/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VI
RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

251	17/03/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
252	14/03/1938	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
253	19/11/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
254	11/12/1945	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
255	25/06/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
256	18/10/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
257	25/01/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
258	25/04/1941	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
259	09/12/1944	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
260	16/02/1954	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
261	14/10/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
262	25/12/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
263	22/10/1953	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
264	08/03/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
265	06/08/1944	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
266	09/12/1948	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
267	21/02/1943	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
268	03/10/1947	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
269	10/07/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
270	16/08/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
271	23/03/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
272	02/11/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
273	05/02/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
274	27/02/1940	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
275	22/05/1957	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
276	17/03/1958	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
277	19/05/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
278	07/10/1958	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
279	14/03/1952	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
280	28/02/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
281	11/06/1948	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
282	28/06/1936	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
283	29/11/1940	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
284	18/09/1952	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
285	25/04/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
286	27/06/1951	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
287	06/02/1944	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
288	15/04/1955	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
289	13/08/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
290	14/12/1943	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
291	16/09/1946	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
292	02/07/1949	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
293	20/01/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
294	19/03/1945	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
295	10/11/1935	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
296	20/01/1949	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
297	01/03/1956	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
298	26/09/1942	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
299	19/06/1937	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
300	29/06/1955	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
301	02/10/1959	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
302	16/09/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
303	04/07/1949	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
304	01/12/1953	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
305	07/02/1945	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
306	21/02/1949	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
307	27/08/1956	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
308	01/11/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
309	21/03/1940	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
310	22/01/1948	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
311	28/03/1941	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
312	07/06/1946	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
313	26/05/1945	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VI

RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

314	29/08/1934	FEMININO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
315	12/03/1964	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
316	09/09/1937	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
317	04/07/1950	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
318	05/06/1951	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
319	28/02/1944	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
320	07/11/1948	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
321	22/04/1951	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
322	17/02/1958	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
323	08/06/1939	MASCULINO	FUNDACAO	B01	1.821,02	127.471,40
324	06/04/1938	MASCULINO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
325	10/08/1949	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
326	03/08/1952	FEMININO	FUNDACAO	M01	3.941,96	275.937,20
327	02/04/1955	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
328	23/12/1946	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
329	05/10/1948	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
330	02/07/1951	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
331	05/03/1947	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
332	18/06/1952	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
333	10/03/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
334	20/04/1955	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
335	22/02/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
336	22/06/1956	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
337	15/05/1952	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
338	02/01/1955	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
339	25/11/1946	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
340	16/11/1955	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
341	20/07/1948	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
342	07/05/1944	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
343	23/02/1935	FEMININO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
344	28/03/1951	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
345	15/11/1949	FEMININO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
346	27/12/1954	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
347	07/01/1952	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
348	09/04/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
349	15/10/1947	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
350	02/04/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
351	23/06/1958	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
352	31/03/1952	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
353	03/08/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
354	20/09/1949	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
355	20/08/1953	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
356	30/08/1955	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
357	25/03/1950	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
358	25/04/1945	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
359	08/05/1953	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
360	19/03/1945	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
361	26/07/1945	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
362	13/11/1940	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
363	12/02/1944	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
364	01/08/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
365	11/05/1950	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
366	18/02/1945	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
367	02/07/1945	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
368	09/12/1956	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
369	03/03/1940	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
370	03/04/1956	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
371	17/10/1955	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
372	10/05/1954	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
373	02/02/1952	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
374	25/09/1942	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
375	19/05/1957	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
376	29/05/1957	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VI
RELAÇÃO DE APOSENTADOS - APÓLICE ATUAL

377	10/07/1943	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
378	13/08/1941	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
379	24/11/1945	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
380	29/04/1957	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
381	27/08/1951	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
382	25/06/1943	FEMININO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
383	19/01/1949	FEMININO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
384	20/02/1949	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
385	09/12/1962	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
386	13/05/1955	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
387	16/09/1959	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
388	01/12/1951	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
389	26/09/1952	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
390	07/02/1953	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
391	23/01/1961	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
392	12/12/1953	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
393	15/04/1951	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
394	25/12/1951	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
395	14/05/1953	MASCULINO	APOSENTADO	M01	3.941,96	275.937,20
396	07/07/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40
397	25/06/1954	MASCULINO	APOSENTADO	B01	1.821,02	127.471,40

QUADRO GERAL APOSENTADOS	
FUNDAÇÃO	326
GRU	71
TOTAL	397

NÍVEL APOSENTADOS GRU	
B01	42
M01	29
TOTAL	71

NÍVEL APOSENTADOS FUNDAÇÃO	
B01	56
M01	270
TOTAL	326

NÍVEL TOTAL APOSENTADOS	
B01	98
M01	299
TOTAL	397



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia
ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

SINISTROS MAPFRE 2021 (JANEIRO A JUNHO)

Item	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	JANEIRO	01/01/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.575,36	R\$ 6.575,36	
2	JANEIRO	02/01/2021	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.575,36	R\$ 6.575,36	
3	FEVEREIRO	15/02/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4	MARÇO	14/03/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.575,60	R\$ 6.575,60	
5	ABRIL	17/04/2021	Morte Acidental		R\$ 460.275,20	R\$ 460.275,20	Processo concluído
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	
6	MAIO	08/05/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7	MAIO	31/05/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8	JULHO	01/05/2020	Invalidez Funcional Permanente por Doença (Requerido em 02/07/2021)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo Indeferido
			Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
9	JULHO	23/07/2021	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
				R\$ 0,00	R\$ 1.971.941,02	R\$ 1.971.941,02	

SINISTROS GENTE 2021 (JULHO A DEZEMBRO)

Item	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	JULHO	17/07/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	
2	AGOSTO	30/08/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.969,32	R\$ 3.969,32	
3	AGOSTO	21/08/2021	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	
4	AGOSTO	27/08/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	
5	SETEMBRO	20/09/2021	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 1.754,62	R\$ 1.754,62	
6	NOVEMBRO	18/11/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.915,00	R\$ 3.915,00	
7	DEZEMBRO	03/12/2021	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8	DEZEMBRO	29/12/2021	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

9	DEZEMBRO	13/12/2021	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	Processo concluído
				R\$ 0,00	R\$ 1.611.982,54	R\$ 1.611.982,54	

SINISTROS GENTE 2022 (JANEIRO A DEZEMBRO)

Quantidade	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	JANEIRO	08/01/2022	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	Processo concluído
2	JANEIRO	21/01/2022	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.050,00	R\$ 6.050,00	Processo concluído
3	JANEIRO	29/01/2022	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	Processo concluído
4	FEVEREIRO	22/02/2022	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.780,00	R\$ 4.780,00	Processo concluído
5	FEVEREIRO	18/02/2022	Morte Acidental		R\$ 212.627,80	R\$ 212.627,80	
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	Processo concluído
6	FEVEREIRO	23/02/2022	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	Processo concluído
7	MARÇO	06/03/2022	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.150,00	R\$ 5.150,00	Processo concluído
8	MARÇO	22/03/2022	Morte Natural		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.950,00	R\$ 3.950,00	Processo concluído
9	ABRIL	28/04/2022	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	Processo concluído
10	MAIO	13/05/2022	Morte Natural		R\$ 230.137,60	R\$ 230.137,60	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	Processo concluído
11	MAIO	31/05/2022	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 106.313,90	R\$ 106.313,90	Processo concluído
12	JULHO	25/07/2022	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.054,04	R\$ 7.054,04	Processo concluído
13	AGOSTO	21/08/2022	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído
14	NOVEMBRO	25/11/2022	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 165.000,00	R\$ 165.000,00	Processo concluído
15	DEZEMBRO	11/12/2022	Morte Natural		R\$ 114.053,80	R\$ 114.053,80	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído
				R\$ 0,00	R\$ 2.849.229,64	R\$ 2.849.229,64	

SINISTROS GENTE 2023 (JANEIRO A DEZEMBRO)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia
ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

Quantidade	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	JANEIRO	08/01/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.054,04	R\$ 7.054,04	Processo concluído
2	JANEIRO	31/01/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.054,04	R\$ 7.054,04	Processo concluído
3	MARÇO	12/03/2023	Morte Natural		R\$ 114.053,80	R\$ 114.053,80	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	Não requereu	Processo concluído
4	MARÇO	13/03/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.200,00	R\$ 6.200,00	Processo concluído
5	ABRIL	15/04/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.020,00	R\$ 5.020,00	Processo concluído
6	MAIO	27/05/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	Processo concluído
7	AGOSTO	18/08/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00	Processo concluído
8	AGOSTO	06/08/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.486,73	R\$ 4.486,73	Processo concluído
9	AGOSTO	27/08/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	Processo concluído
10	AGOSTO	28/08/2023	Morte Natural		R\$ 114.053,80	R\$ 114.053,80	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	Processo concluído
11	OUTUBRO	06/10/2023	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	Processo concluído
12	OUTUBRO	07/10/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	Processo concluído
13	OUTUBRO	17/10/2023	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo indeferido
14	OUTUBRO	26/10/2023	Morte Natural		R\$ 114.053,80	R\$ 114.053,80	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00	Processo concluído
15	NOVEMBRO	10/11/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	Processo pendente
16	DEZEMBRO	09/12/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	Processo concluído
17	DEZEMBRO	11/12/2023	Morte Natural		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.054,04	R\$ 7.054,04	Processo concluído
				R\$ 0,00	R\$ 3.618.118,45	R\$ 3.618.118,45	

SINISTROS GENTE 2024 (JANEIRO A DEZEMBRO)

Quantidade	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	FEVEREIRO	05/02/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)			Não requereu	Processo concluído



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

2	FEVEREIRO	08/02/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	Processo concluído
3	MARÇO	28/02/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.020,00	R\$ 5.020,00	Processo concluído
4	ABRIL	29/06/2022	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído - INDEFERIDO
5	ABRIL	11/04/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.700,00	R\$ 5.700,00	Processo concluído
6	ABRIL	28/04/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.356,00	R\$ 6.356,00	Processo concluído
7	MAIO	07/05/2024	Morte Acidental		R\$ 235.977,00	R\$ 235.977,00	
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	Processo concluído
8	MAIO	07/05/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	Processo concluído
9	MAIO	21/05/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.626,31	R\$ 5.626,31	Processo concluído
10	MAIO	30/05/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.380,00	R\$ 5.380,00	Processo concluído
11	MAIO	30/05/2024	Morte Acidental	R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	Processo PENDENTE para morte acidental - NÃO apresentaram documentação
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 1.852,00	R\$ 1.852,00	
12	JUNHO	14/06/2023	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	
13	JUNHO	15/06/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.297,40	R\$ 7.297,40	Processo concluído
14	SETEMBRO	07/09/2024	Morte Acidental		R\$ 235.977,00	R\$ 235.977,00	
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00	Processo concluído
15	SETEMBRO	09/09/2024	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído - INDEFERIDO
16	SETEMBRO	17/09/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.700,00	R\$ 5.700,00	Processo concluído
17	SETEMBRO	24/09/2024	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído - INDEFERIDO
18	OUTUBRO	08/10/2024	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	Processo concluído
19	NOVEMBRO	11/11/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.545,00	R\$ 3.545,00	Processo concluído
20	NOVEMBRO	18/11/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.297,40	R\$ 7.297,40	Processo concluído
21	NOVEMBRO	24/11/2024	Morte Natural	R\$ 117.988,50			
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)	R\$ 7.297,40			Processo pendente - aguardando documentação
22	DEZEMBRO	07/12/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.820,00	R\$ 5.820,00	Processo concluído
23	DEZEMBRO	18/12/2023	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 246.891,40	R\$ 246.891,40	Processo concluído
24	DEZEMBRO	19/12/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.297,40	R\$ 7.297,40	Processo concluído



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

25	DEZEMBRO	22/12/2024	Morte Natural		R\$ 117.988,50	R\$ 117.988,50	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 690,00	R\$ 690,00	Processo concluído
26	DEZEMBRO	23/12/2024	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00	Processo concluído
				R\$ 380.694,90	R\$ 4.436.545,41	R\$ 4.817.240,31	

SINISTROS GENTE 2025 (JANEIRO A DEZEMBRO)

Quantidade	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	MARÇO	11/03/2025	Morte Natural		R\$ 255.409,00	R\$ 255.409,00	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 3.420,00	R\$ 3.420,00	Processo concluído
2	ABRIL	22/04/2025	Morte Acidental		R\$ 235.976,40	R\$ 235.976,40	
			Morte Acidental (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	Processo concluído
3	MAIO	01/05/2025	Morte Natural		R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 500,00	R\$ 500,00	Processo concluído
4	MAIO	01/05/2025	Morte Natural		R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.255,00	R\$ 7.255,00	Processo concluído
5	JUNHO	13/06/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído
6	JUNHO	17/06/2025	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo INDEFERIDO - Aguardando manifestação da segurada quanto a solicitação de junta médica
7	JUNHO	20/06/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00	Processo concluído
8	AGOSTO	20/08/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Processo concluído
9	AGOSTO	26/08/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 5.140,00	R\$ 5.140,00	Processo concluído
10	SETEMBRO	11/09/2025	Morte Natural		R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.883,92	R\$ 7.883,92	Processo concluído
11	SETEMBRO	21/09/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 6.824,00	R\$ 6.824,00	Processo concluído
12	SETEMBRO	10/11/2022	Invalidez Funcional Permanente por Doença		R\$ 0,00	R\$ 0,00	Processo concluído - INDEFERIDO
13	NOVEMBRO	08/11/2025	Morte Natural		R\$ 127.471,40	R\$ 127.471,40	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.883,92	R\$ 7.883,92	Processo concluído
14	NOVEMBRO	21/11/2025	Morte Natural		R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 7.883,92	R\$ 7.883,92	Processo concluído
15	DEZEMBRO	23/12/2025	Morte Natural	R\$ 275.937,20			
			Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)		R\$ 750,00	R\$ 750,00	Processo em análise - AGUARDANDO CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO
				R\$ 275.937,20	R\$ 2.417.603,36	R\$ 2.417.603,36	

SINISTROS GENTE 2026 (JANEIRO)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Administração e Tecnologia

ANEXO VII

RELAÇÃO DE SINISTROS DE 2021 A JANEIRO DE 2026

Quantidade	Mês do Sinistro	Data da Ocorrência	Situação Morte/Invalidez	Sinistro Pendentes	Sinistro Pagos	Total	Status
1	JANEIRO	07/01/2026	Morte Natural Morte Natural (Assistência/Auxílio Funeral)	R\$ 6.600,00	R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	Processo em análise - AGUARDANDO CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO
				R\$ 6.600,00	R\$ 275.937,20	R\$ 275.937,20	



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

ANEXO VIII

Modelo de Declaração de cadastramento de consignatária (subitem 27.5 do TR)

A Licitante _____,
CNPJ/MF n.º _____, por seu representante legal abaixo
assinado, declara, sob as penalidades da Lei, que apresentará por ocasião da assinatura contratual,
comprovante de cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,
com código ativo de consignatária, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de
gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.761 de 30/10/2023.

Local, data

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Área de Administrativa e Tecnologia

Processo: 59500.000907/202628-e

PLANILHA DE CUSTO

O presente documento tem por finalidade estabelecer o valor estimado anual global para a contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada na prestação de serviços de **Seguro de Vida em Grupo**, contemplando cobertura básica e adicionais, incluindo assistência ou auxílio funeral, destinados aos empregados, comissionados, requisitados, aposentados vinculados à Fundação São Francisco, aposentados e dirigentes da Codevasf.

PLANILHA CONSOLIDADA

Empresa	Prêmio Anual Global (PAG)	Taxa mensal
Gente Seguradora	R\$ 8.997.399,29	1,1556%
Icatu Seguros S/A	R\$ 6.965.276,40	0,8946%
Gente Seguradora – Contrato atual	R\$ 9.832.827,59	1,2629%

Média (PAG): R\$ 8.598.501,09

Média da taxa de administração mensal: 1,1044%

O valor estimado para a contratação é:

Prêmio Anual Global = R\$ 8.598.501,09

Taxa de administração mensal = 1,1044%

O valor reflete as condições atuais de mercado e atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos do RILC e das boas práticas de governança em contratações públicas.

Brasília, 05 de maio de 2026.

Responsável pelas informações:

CRISTIANE DE LIMA CARVALHO

Analista em Desenvolvimento Regional

Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional – AA/GGP/UBS

PEDRO AUGUSTO DE AQUINO MOROSINI

Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional – AA/GGP/UBS

Chefe-Substituto



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

Minuta

CONTRATO que entre si fazem a
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- **CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, autorizada sua criação pela Lei nº 6.088/1974, com alterações posteriores, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200/1967), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, nos termos do Decreto 11.830/2023, com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA**, matrícula **125580-1**, e por seu Diretor da Área de _____, _____, matrícula _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, matrícula nº _____ (ou CPF oculto em atenção à LGPD, adotando-se o seguinte padrão: CPF nº ***.123.123-**), sendo que a sequência 123.123, deve ser substituída pelos números que constam no CPF), resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da Codevasf, expressa na Resolução nº _____, de ____ de _____ de _____, constante à Peça ____ do Processo nº **59500.000907/2026-28-e** que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo assistência ou auxílio funeral, para os empregados, comissionados, requisitados, aposentados filiados à Fundação São Francisco, aposentados e dirigentes da Codevasf, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital nº 90004/2026.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
------	-----------------------------	----------------------	------------	----------------------------



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

1				
2				
3				
...				

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

- 2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:
- a) Edital 90004/2026 e seus Anexos;
 - b) Termo de Referência e Anexos;
 - c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de ____/____/____;
 - d) Matriz de Risco;
 - e) Demais documentos contidos no Processo nº 59500.000907/2026-28-e.
- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no item anterior e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

- 3.1. O prazo para execução do objeto, conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital, é de 365 dias, a partir da data de emissão da apólice, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 3.2. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da apólice, compreende o prazo de execução do objeto, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias.
- 3.3. Caso a seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar ao Estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias que antecedam o final de vigência da apólice.
- 3.4. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- d) esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 3.5. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 3.6. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do Contrato.
- 3.7. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;
 - c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - d) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço;
 - f) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço ou do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 3.8. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF e no CADIN e comprovação de que o código de consignatária está ativo, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 3.9. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

4. Cláusula Quarta - VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de **R\$ (.....)**, obedecidos os preços **por item** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.
- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas correrão à conta Programa de Trabalho nº 04.122.0032.2000.0001, 172108 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL – sob a gestão da Área de Administração e Tecnologia – AA da Codevasf, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em ____/____/20____.

6. Cláusula Sexta - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 18 do Termo de Referência, Anexo I que integra o Edital 90004/2026, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes.
- 6.2. Do custeio mensal do segurado.
- 6.2.1. O custeio do seguro é contributivo e não contributivo conforme quadro abaixo:

TIPO DE SEGURADO	PARTICIPANTE DO CUSTEIO	PERCENTUAL DO CUSTEIO
Empregados, comissionados, requisitantes e dirigentes da Codevasf	ESTIPULANTE	50%
	SEGURADO	50%
Aposentados filiados à Fundação São Francisco e Aposentados NÃO filiados à Fundação São Francisco.	SEGURADO	100%
Empregados, Comissionados e Dirigentes Afastados por motivo de saúde	ESTIPULANTE	100%



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 6.3. Empregados, comissionados, requisitados e dirigentes da Codevasf são totalmente contributário 100% (cem por cento) do prêmio, sendo 50% (cinquenta por cento) pago pela Codevasf e 50% (cinquenta por cento) pago pelo empregado através de consignação em folha de pagamento de responsabilidade da contratada e nos casos de não consignação o pagamento será através de Guia de Recolhimento da União (GRU) diretamente para a Codevasf ou ressarcimento ao erário em folha de pagamento, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão do respectivo recolhimento e pagamento.
- 6.4. Aposentados filiados à Fundação São Francisco são totalmente contributários de 100% (cem por cento) do prêmio, mas descontados em folha de pagamento na Fundação São Francisco e repassados pela Codevasf à Seguradora, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão dos respectivos recolhimentos e pagamentos.
- 6.5. Aposentados não filiados à Fundação São Francisco são totalmente contributários, 100% (cem por cento) pago pelos aposentados através de Guia de Recolhimento da União diretamente para Codevasf, sendo de responsabilidade da Codevasf a gestão dos respectivos recolhimentos e pagamentos.
- 6.6. Os Empregados, comissionados, requisitados e dirigentes afastados em licença previdenciária, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, durante o período em que o mesmo permanecer nessa condição, não pagará os 50% (cinquenta por cento) do prêmio mensal individual, sendo de responsabilidade da Codevasf o pagamento dos 100% (cem por cento) para a Seguradora.
- 6.7. Em caso do empregado e do aposentado deixar de pagar o prêmio mensal por dois meses consecutivos ou de forma intercalada serão excluídos do seguro.
- 6.8. Da inadimplência
- 6.8.1. Considerar-se-á em situação de inadimplência o segurado que deixar de efetuar o pagamento do prêmio mensal após a data de vencimento da Guia de Recolhimento da União (GRU).
- 6.9. Do procedimento de cobrança
- 6.9.1. Decorridos 30 (trinta) dias de cobertura do seguro de vida em grupo, será emitida GRU, a qual deverá ser quitada pelo segurado até o 5º (quinto) dia útil subsequente à sua emissão.
- 6.9.2. Não ocorrendo o pagamento no prazo estabelecido no item 6.9.1, será encaminhado aviso de cobrança ao segurado, por meio do e-mail cadastrado e ou whatsapp, concedendo-lhe prazo adicional de até 2 (dois) dias úteis para quitação do débito.
- 6.9.3. Decorridos 60 (sessenta) dias de cobertura no seguro de vida em grupo com débito, será concedido novo prazo para regularização de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da GRU, devendo o pagamento abranger, cumulativamente:
- a) o valor do mês em aberto; e
 - b) o valor do mês de competência vigente.
- 6.9.4. Não havendo a quitação no prazo previsto no item 6.9.3, será emitida nova GRU, concedendo-lhe prazo adicional de até 2 (dois) dias úteis para pagamento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

6.10. Da Exclusão do Seguro de Vida em Grupo

6.10.1. Permanecendo a inadimplência após as medidas previstas dos itens acima, será encaminhado aviso de exclusão ao segurado, por meio do e-mail cadastrado e ou whatsapp.

6.10.2. A exclusão implicará no cancelamento definitivo da cobertura securitária, sem direito a qualquer indenização relativa a eventos ocorridos posterior.

6.11. Do retorno ao Seguro de Vida em Grupo

6.11.1. O segurado empregado que tiver sido excluído por inadimplência poderá ser reincluído no seguro, desde que promova a quitação integral dos débitos pendentes e solicite nova inclusão, observadas as condições estabelecidas pela seguradora e pelo estipulante.

6.11.2. O segurado aposentado excluído por inadimplência não poderá ser reincluído no seguro, em nenhuma hipótese, permanecendo o débito que deverá ser quitado para regularização da inadimplência.

6.12. Das comunicações

6.12.1. Todas as comunicações previstas nesta cláusula serão realizadas por meio do e-mail e ou whatsapp cadastrado pelo segurado, presumindo-se válidas para todos os efeitos legais.

6.12.2. Os prazos previstos nesta cláusula serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em contrário.

6.13. DO PAGAMENTO DE PRÊMIOS

6.13.1. O Estipulante processará, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Relação de Segurados integrantes deste Seguro, ativos e aposentados, contendo CPF, matrícula SIAPE, nome do segurado, data de nascimento, salário base, capital segurado, prêmio mensal, data de adesão, status do segurado (Ativo, Aposentado, Fundação, INSS), referente ao mês vigente da competência da cobertura do seguro.

6.13.2. Na Relação de Segurados o Estipulante informará a Seguradora o valor total do prêmio apurado para efeito de faturamento e cobrança referente ao grupo segurado.

6.13.3. A seguradora após recebimento da Relação de Segurados apresentará a nota fiscal/fatura, acompanhada de quadro demonstrativo mensal do número de vidas e capital segurado, a ser apresentada a Codevasf até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento da relação de segurados para pagamento mensal do prêmio do seguro.

6.13.4. O pagamento será efetuado mediante entrega dos documentos de cobrança, Faturas/Notas Fiscais, acompanhados dos relatórios mensais relativos às atividades realizadas, conforme estabelecido no item 5 deste Termo de Referência.

6.13.5. Os pagamentos serão efetuados em reais, mensalmente, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, devidamente atestados pela Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 6.13.6. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços do prêmio mensal, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.
- 6.13.7. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- 6.13.8. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 6.13.9. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido e reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 6.13.10. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 6.13.11. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 6.13.12. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
- a) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 6.13.13. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.
- 6.13.14. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 6.13.15. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 6.13.16. A Contratada deverá estar em situação regular no SICAF.
- 6.13.17. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 6.13.18. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 6.13.19. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 6.13.20. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.13.21. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 6.13.22. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 6.13.23. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- AM = P x I**, onde:
AM = Atualização Monetária;
P = Valor da Parcela a ser paga; e
I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- $I = (1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1$** , onde:
- i*** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;
d = Número de dias em atraso no mês “m”;
m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária
- 6.13.24. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 6.13.25. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 6.13.26. Fica estabelecido o local de faturamento para a sede da Codevasf endereço: SGAN 601 Módulo I, Edifício Deputado Manoel Novaes – Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70830-019.

7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 7.1. Os valores dos prêmios e dos capitais segurados de todo o grupo segurado serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários B01 (R\$ 1.821,02) e M01 (R\$ 3.941,96), referência Janeiro/2026, da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

7.2. As atualizações de capitais segurados abrangem também os empregados que, em vida, receberem indenização parcial decorrente de acidente.

7.3. DA TAXA

7.3.1. A taxa única e mensal a ser aplicada ao presente seguro será composta de 4 (quatro) casas decimais, devendo ser apresentada no Termo de Proposta.

7.4. REVISÃO DAS TAXAS

7.4.1. A taxa de administração será fixa e irredutível e incidirá sobre o valor bruto de cada fatura referente ao fornecimento do benefício Seguro de Vida em Grupo.

8. Cláusula Oitava - MULTA

8.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

8.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;

b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela	R\$ 100,00 por dia de atraso



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 8.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 8.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 8.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
 - Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AE/GFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 8.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Sede, que procederá ao seu exame.
- 8.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 8.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo

9. Cláusula Nona - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

- 9.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 9.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência de Gestão de Pessoas da Área de Administração e Tecnologia - AA, da Codevasf.
- 9.3. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.
- 9.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 9.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 9.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 9.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 9.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 9.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10. Cláusula Décima Primeira – FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 10.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 10.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão
- 10.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.
- 10.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 10.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Administração e Tecnologia - AA da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 10.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 10.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 10.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. Cláusula Décima Segunda - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no item 26 do Termo de Referência, Anexo I do Edital 90004/2026.

12. Cláusula Décima Terceira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. A contratada fica obrigada a garantir todos os serviços contratados
- 12.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

- 12.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência e autorização da CODEVASF.
- 12.4. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Codevasf, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente termo.
- 12.5. A contratada deverá apresentar, por ocasião da assinatura contratual, comprovante de cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o código ativo de consignatária.
- 12.6. Declaração de ciência da obrigatoriedade de comprovação do cadastramento junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o código ativo de consignatária, para fins de lançamentos consignados junto ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.761 de 30 de outubro de 2023, por ocasião da assinatura contratual, Anexo VIII.
 - 12.6.1. Manter código ativo de consignatária durante todo o período da execução contratual e seus aditivos de prazo junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- 12.7. Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice do Seguro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos.
- 12.8. Disponibilizar um Manual do Segurado, eletronicamente ou pela internet, com os procedimentos em caso de sinistro e orientações referentes às documentações necessárias para cada cobertura, bem como disponibilizar os formulários para liquidação de sinistro.
- 12.9. Emitir Certificado Individual de Seguro impresso ou disponibilizar pela internet para os segurados da Codevasf, no início do seguro e em cada uma das renovações contendo as condições contratadas como dados do segurado, as datas de início e término de vigência do seguro, cobertura, capital segurado de cada cobertura contratada, dados da Apólice e registro do processo na SUSEP.
- 12.10. A Seguradora deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet ou por telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf, para os segurados e beneficiários entrarem em contato em relação a assistência ou auxílio funeral, como também tirarem dúvida em relação a documentação, acompanhamento de solicitações e pagamento de sinistro.
- 12.11. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes da prestação dos serviços, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como pelos encargos trabalhistas e previdenciários, previstos em legislação específica e vigente, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Codevasf, além de responder, também, por eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao objeto deste Contrato.
- 12.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Codevasf ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Codevasf fiscalizar seu acompanhamento.
- 12.13. Prestar esclarecimentos à Codevasf sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 12.14. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais;
- 12.15. Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada;
- 12.16. Executar diretamente o objeto do futuro contrato decorrente desta licitação, vedada a subcontratação, exceto para assistência ou auxílio funeral.
- 12.17. Liquidar os sinistros nos prazos e nas formas definidas no Termo de Referência.
- 12.18. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem previa autorização da Codevasf.
- 12.19. A Contratada deverá apresentar outras documentações sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.
- 12.20. Iniciar a execução dos serviços contratados em observância deste Termo de Referência na data que a CODEVASF estipular no contrato.
- 12.21. Designar um preposto para execução dos serviços, que será responsável pela supervisão, orientação e acompanhamento dos trabalhos, e que se reportará ao fiscal do contrato, como representante da Codevasf.

13. Cláusula Décima Quarta - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.

- 13.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 13.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 13.3. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 13.4. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 13.5. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 13.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- 13.7. Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa contratada, durante toda a vigência contratual.
- 13.8. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.
- 13.9. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.
- 13.10. Disponibilizar a relação de segurados integrantes deste seguro e a relação de consignação.

14. Cláusula Décima Sexta – DA MATRIZ DE RISCO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 14.1. A matriz de risco está apresentada em anexo a este contrato, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 14.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 14.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 14.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 14.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 14.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 14.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 14.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 14.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 14.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

15. Cláusula Décima Sétima – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:
 - I. Advertência, nos seguintes casos:
 - a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.

- II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
 - c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

15.1.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 17.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada **a impropriedade, notificando-o** de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

15.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 17.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:

- a) Se o apenado for reincidente; e
- b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 15.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 17.1 **poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto)** nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 15.2. Aos atos praticados após a etapa da licitação poderão ser aplicadas as penalidades constantes do subitem 17.1 deste Contrato.
- 15.3. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 15.4. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 15.5. A sanção de suspensão, prevista no subitem 17.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.6. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 17.6.1. Os atos previstos no item 17.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 15.7. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 15.9. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

16. Cláusula Décima Oitava – POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 16.1. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 16.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, além de se obrigar expressamente a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção e da responsabilidade objetiva da empresa contratada em razão do descumprimento.
- 16.3. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.
- 16.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, Instrução Normativa CGU nº 13/2019, e da e Norma de Apuração Correcional da Codevasf (N-359), com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, sendo cabível, ainda, o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.
- 16.5. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento da legislação anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados e (III) submeter-se à auditoria interna ou outro controle interno que a CONTRATANTE determinar, como apresentação de quaisquer documentos solicitados a fim de esclarecer pendências ou dúvidas acerca da conduta da CONTRATADA e seus agentes.
- 16.6. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.
- 16.7. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 16.8. As infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, bem como às infrações administrativas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

previstas nos editais e contratos que também sejam tipificadas como atos lesivos na Lei nº 12.846/2016, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, nos termos previstos no art. 16 do Decreto nº 11.129/2022 e da Norma de Apuração Correcional da Codevasf (N-359).

17. Cláusula Décima Nona – POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 17.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital 90004/2026.

18. Cláusula Vigésima – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

- 18.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item 21 do Edital 90004/2026.

19. Cláusula Vigésima Primeira - ADITAMENTO CONTRATUAL

- 19.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

20. Cláusula Vigésima Segunda - DANO PATRIMONIAL OU EXTRAPATRIMONIAL

- 20.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.
- 20.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 20.3. A CODEVASF não indenizará os prejuízos que possam advir de erro ou equívoco na proposta da contratada.

21. Cláusula Vigésima Terceira - DOS FORNECIMENTOS EXTRACONTRATUAIS

- 21.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.
- 21.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

22. Cláusula Vigésima Quarta - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA CONFIDENCIALIDADE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 22.1. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em virtude deste Contrato em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais regulamentações aplicáveis. O tratamento de dados deverá observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas (art. 6º da LGPD).
- 22.2. A obrigação de proteção abrange todos os dados pessoais de agentes públicos, prepostos, colaboradores da CONTRATADA, cidadãos e quaisquer outros titulares de dados envolvidos direta ou indiretamente na execução do objeto contratual.
- 22.3. Compete à CONTRATADA, na qualidade de Operadora de dados pessoais, e sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e neste Contrato:
- a) Utilizar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades específicas e necessárias à execução do Contrato, sendo vedado qualquer uso que exceda o objeto contratado.
 - b) Não divulgar, compartilhar, transferir ou de qualquer forma dar acesso aos dados a terceiros não autorizados, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE ou em caso de obrigação legal.
 - c) Adotar e comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, a implementação de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
 - d) Manter política interna de segurança da informação e proteção de dados e realizar a capacitação de seus colaboradores e prepostos que terão acesso aos dados.
 - e) Comunicar formalmente à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, acompanhado das informações sobre a natureza do incidente, os titulares afetados, as medidas adotadas e os riscos relacionados (§1º do art. 48 da LGPD).
- 22.4. A CONTRATANTE, na qualidade de Controladora, assegurará que o tratamento dos dados sob sua guarda atenda às mesmas exigências de segurança e finalidade.
- 22.5. O armazenamento dos dados pessoais se dará apenas pelo período estritamente necessário para o cumprimento das obrigações contratuais, para a fiscalização dos serviços prestados e para o atendimento a obrigações legais ou regulatórias, conforme o art. 16 da LGPD.
- 22.5.1. Findo o prazo de tratamento ou o Contrato, os dados pessoais deverão ser eliminados de forma segura ou devidamente anonimizados pela CONTRATADA, mediante comprovação à CONTRATANTE, ressalvada a guarda para cumprimento de obrigação legal.
- 22.6. As Partes se comprometem a cooperar para garantir o pleno exercício dos direitos dos titulares de dados previstos no art. 18 da LGPD (acesso, correção, eliminação, etc.), assegurando canais para solicitações, que serão direcionadas e respondidas pelo Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da CONTRATANTE.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 22.6.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente à CONTRATANTE um ponto de contato (responsável) para tratar de quaisquer demandas relacionadas à LGPD.
- 22.7. Eventuais repasses de dados a subcontratados ou parceiros da CONTRATADA somente poderão ocorrer com autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, devendo o subcontratado aderir, por meio de instrumento contratual específico, às mesmas obrigações de proteção de dados aqui estipuladas.
- 22.8. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Parte infratora, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade civil, penal e administrativa, às seguintes consequências:
- a) Aplicação das sanções previstas no art. 52 da LGPD, a serem impostas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
 - b) Aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato, incluindo advertência, multa de até 2% (dois por cento) do valor global atualizado do Contrato, e, a depender da gravidade, rescisão contratual e inscrição em cadastros restritivos.
 - c) Obrigação de reparar integralmente os danos materiais e morais, individuais ou coletivos, causados à outra Parte ou a terceiros.
 - d) Obrigação de ressarcir a Parte inocente por quaisquer multas, condenações ou prejuízos que esta venha a sofrer em processos judiciais ou administrativos em decorrência de falha da Parte infratora no cumprimento das normas de proteção de dados.
- 22.9. As obrigações de confidencialidade e proteção de dados previstas nesta cláusula sobreviverão ao término deste Contrato, permanecendo em vigor enquanto os dados pessoais estiverem sob a guarda de qualquer das Partes.

23. Cláusula Vigésima Quinta - RESCISÃO

23.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- i. o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- iv. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- v. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vi. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- vii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
 - viii. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
 - ix. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - x. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, prejuízo à execução da obra ou serviço;
 - xi. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - xii. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;
 - xiii. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - xiv. o atraso superior 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - xv. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
 - xvi. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - xvii. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 23.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis

24. Cláusula Vigésima Sexta - PUBLICAÇÃO

- 24.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

25. Cláusula Vigésima Sétima - FORO

- 25.1. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 25.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Lucas Felipe de Oliveira
Diretor-presidente da Codevasf

Responsável legal da CONTRATADA